



RELATÓRIO DE GESTÃO

2010 | 2011

Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco

RELATÓRIO
DE GESTÃO



RELATÓRIO DE GESTÃO

2010 | 2011

Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco

Apresentação

O Tribunal de Justiça de Pernambuco apresenta à sociedade pernambucana os resultados alcançados na Gestão 2010/2012, sob a presidência do desembargador José Fernandes de Lemos, que tem como principais marcos pontos de inflexão na trajetória histórica da instituição. A quebra de paradigma relativa à descontinuidade administrativa se deu quando foi adotado o Programa de Gestão 2010/2012, originário do Plano Estratégico Decenal 2010/2019, inaugurando uma nova fase, a qual valoriza o planejamento em longo prazo. Hoje há consenso no Poder Judiciário Nacional acerca da necessidade de utilização de instrumentos de planejamento estratégico em busca da eficiência.

É forte a ideia de que não basta o julgamento com justiça, imparcialidade e independência. É preciso tornar a prestação de serviços judiciais mais tempestiva, com decisões cada vez mais rápidas e celeridade nas conclusões. Nessa direção, como projeto piloto escolhido pelo Conselho Nacional de Justiça, o TJPE adotou o Processo Judicial Eletrônico, cuja consequência tem sido o redesenho dos processos de trabalho e novos arranjos organizacionais, inovando em soluções não incrementais, em busca de maior celeridade. Neste sentido, e ponderando mais o aspecto de melhoria do acesso, está sendo incrementada a conciliação, mediação e arbitragem em todo o Estado e implantado como projeto piloto um núcleo de justiça comunitária na cidade do Recife, objetivando solucionar os conflitos ao considerar a expectativa da sociedade.

Fazer mais com menos é uma das preocupações constantes na utilização de recursos e, para introduzir esse viés na organização, está em andamento um projeto que materializará instrumentos permanentes de gestão de custos. Quanto à ampliação do quadro de servidores e magistrados, registra-se um grande esforço da atual administração em compatibilizar a força de trabalho da instituição com as demandas da sociedade. Nesse contexto, nas decisões em curso aqui explicitadas, pode-se perceber que o TJPE caminha em sintonia com sua missão que é:

Fazer Justiça de forma célere, acessível e efetiva, no âmbito estadual, contribuindo para a pacificação social.



Eleição e posse da mesa diretora



10/12/2009 - Posse da mesa diretora
(da esquerda para direita) CORREGEDOR: Bartolomeu Bueno de Freitas Morais | PRESIDENTE: José Fernandes de Lemos | VICE-PRESIDENTE: Jovaldo Nunes Gomes

Sumário

15	1. Administração e metas
33	2. Informatização
43	3. Conciliação e voluntariado
53	4. Gestão de pessoas
61	5. Inaugurações, construções e reformas
81	6. Convênios, parcerias e projetos
101	7. Vice-presidência
107	8. Ações de comunicação
127	9. Tribunal de Justiça de Pernambuco

ADMINISTRAÇÃO E METAS

1. Administração e Metas



Uma série de encontros foram promovidos pelo Tribunal para magistrados e servidores com o objetivo de discutir as diretrizes do Plano Decenal (2010/2019)

1.1. PROGRAMA DE GESTÃO 2010/2012

O exercício de 2010 caracterizou-se por grandes desafios. No mês de fevereiro, durante o 3º Encontro Nacional do Poder Judiciário, foram indicadas as metas consideradas prioritárias a serem al-

cançadas no ano em tela. Como primeira prioridade definiu-se a diminuição dos casos pendentes de julgamento e foi lançado o desafio “Julgar quantidade igual à de processos de conhecimento distribuídos em 2010 e parcela do estoque, com acompanhamento mensal”.

Neste exercício, o TJPE assumiu o compromisso de iniciar

a atividade de modernização de seus processos de trabalho. A partir de uma série de acordos de cooperação técnica com outros órgãos da Justiça, o TJPE partiu em direção à virtualização dos processos judiciais, sendo escolhido pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), juntamente com o Tribunal de Justiça de São Paulo, para ser projeto piloto.

Outro marco do TJPE foi o início do processo de execução da estratégia, cujos fundamentos se encontram no Plano Estratégico Decenal 2010/2019 (PED). Para a viabilizar a execução do PED, foi elaborado o Programa de Gestão 2010/2012. Este instrumento visa o desdobramento da estratégia em objetivos e metas, os quais têm em suas 46 iniciativas estratégicas sua principal força transformadora.

Além dos desafios postos, o mês de junho reservaria o maior deles ao TJPE e ao Estado de Pernambuco. No interior do Estado, em especial as cidades situadas na Mata Sul, chuvas inundaram as bacias hidrográficas, causando tragédia e destruição às populações ribeirinhas. A Justiça também teve que contar suas perdas. Servidores e magistrados tiveram suas casas invadidas pelas águas. Nos fóruns, processos judiciais, mobiliário e equipamentos de informática foram levados ou destruídos. Os maiores prejuízos ocorreram nas cidades de Lagoa dos Gatos, Cortês e Palmares.

Para amenizar as perdas dos servidores, no mês de julho, foi publicado o ato nº 1163/2010-SGP, permitindo que àqueles lotados nas comarcas declaradas em situação de emergência ou de calamidade pública tivessem a segunda parcela do 13º salário antecipada. Além disso, destacam-se providências imediatas para construir na Comarca de Palmares o primeiro pólo jurídico do interior, com o objetivo de reunir unidades da Justiça Estadual, do Tribunal Regional do Trabalho e do Tribunal Regional Federal.

Apesar dessa catástrofe, o TJPE atendeu a cinco das dez metas propostas pelo Poder Judiciário Nacional, começando pela Meta Prioritária nº 1. Para seu alcance, foram julgados 332.868 processos de conhecimento ante 300.647 ações iniciadas. As demais metas atendidas contemplam a redução do consumo dos insumos, a transparência e publicidade dos resultados, a capacitação e desenvolvimento do pessoal e o aumento da infraestrutura de informação.

Informamos ainda que foi iniciado o Monitoramento da Estratégia, com o acompanhamento dos projetos, metas e objetivos estratégicos previstos no Programa de Gestão.

1.2. MONITORAMENTO DO PROGRAMA DE GESTÃO

Neste exercício, foi iniciado o acompanhamento dos objetivos, metas e projetos do Plano Estratégico Decenal e contidos no Programa de Gestão 2010/2012. O monitoramento é realizado em Reuniões de Avaliação Estratégica (RAE), oportunidade em que são promovidos ajustes e outras medidas necessárias à melhoria do desempenho da organização.

Em dezembro de 2010 foi realizada a primeira reunião, na qual gestores dos projetos estratégicos apresentaram o andamento de suas iniciativas aos demais gestores da instituição e informaram sobre a evolução futura de seus projetos.

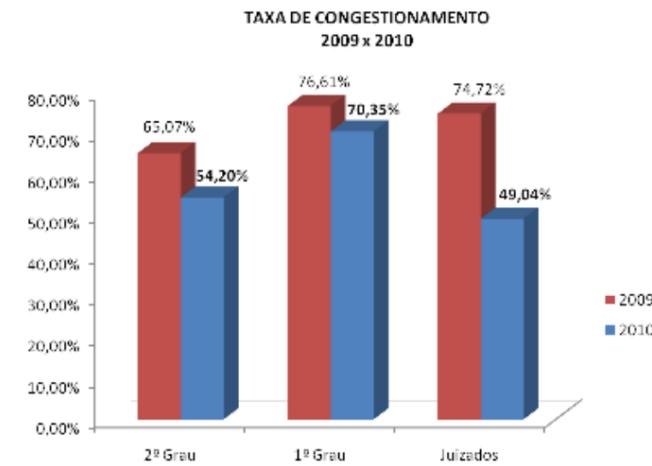
O monitoramento da estratégia está sendo realizado em consonância com a metodologia Balanced Scorecard (BSC), utilizada na formulação do Plano Estratégico Decenal e do Programa de Gestão.

1.3. NÚMEROS DO TJPE

No exercício de 2010, o Tribunal de Justiça de Pernambuco alcançou excelentes resultados, conforme pode ser observado em diversos de seus indicadores. O desempenho de magistrados e servidores, e o uso de um novo modelo de gestão, primado pelo planejamento com a visão estratégica, produziu efeito positivo sobre os números da Justiça estadual o que certamente a conduziu em direção ao alcance de sua missão: **Fazer Justiça de forma célere, acessível e efetiva, no âmbito estadual, contribuindo para a pacificação social.**

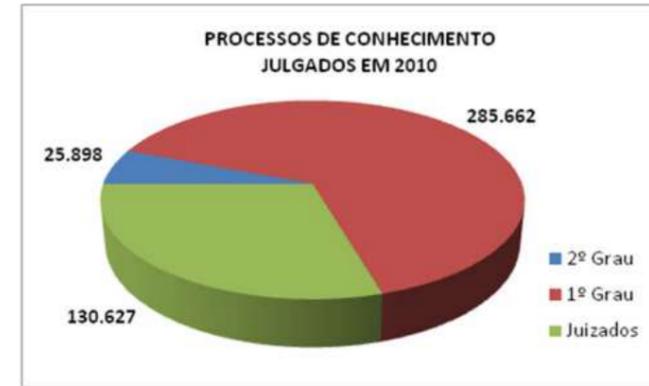
Das 49 metas do Programa de Gestão 2010/2012, destacam-se pelo alto grau de cumprimento e representatividade a Taxa de Congestionamento na fase de conhecimento, Produtividade Média dos Magistrados, Índice de Atendimento à Demanda e Custo por Processo Judicial Baixado.

A Taxa de Congestionamento na fase de conhecimento foi reduzida em todas as instâncias do TJPE. Neste ano de 2010, o 1º Grau, 2º Grau e Juizados alcançaram, respectivamente, 54,20%, 70,35% e 49,04%. A Taxa de Congestionamento da Justiça Estadual foi de 65,25%.



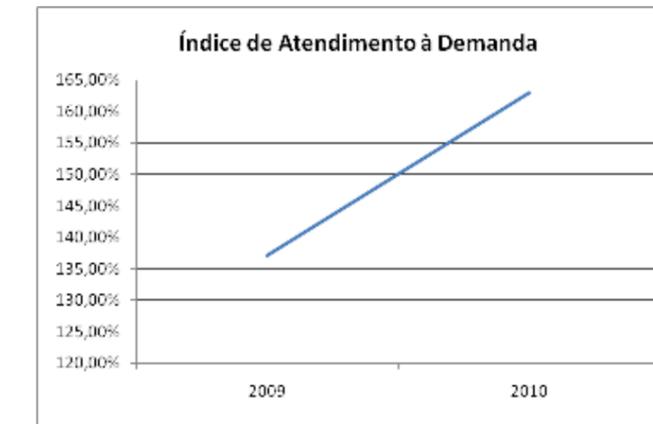
Fonte: SETIC e COPLAN

Quanto à produtividade dos magistrados, o TJPE obteve resultados expressivos. No 2º Grau, a média de julgados por gabinete foi de 664 processos. No 1º Grau, foram julgados em média 787 ações por unidade judiciária. Nos Juizados Especiais, a média foi de 2.969 julgados. No total, foram julgados 442.187 processos de conhecimento.



Fonte: SETIC e COPLAN

Além destes dados, vale mencionar o índice de atendimento à demanda, que demonstra a relação entre a quantidade de processos baixados sobre os distribuídos, ou seja, os casos novos. Neste caso, o TJPE alcançou o índice de 163% em seu indicador, o que indica que o Tribunal baixou 63% a mais do quantitativo de processos distribuídos ao longo do ano de 2010.



Fonte: Dinfo e Coplan

Houve também redução nos custos relativos aos processos finalizados na Justiça estadual. Enquanto no ano de 2008, o custo médio para baixar um processo circundava o valor de R\$1.400,00 (um mil e quatrocentos reais), no ano de 2010 este valor foi reduzido para pouco mais de R\$ 1.000,00 (um mil reais).

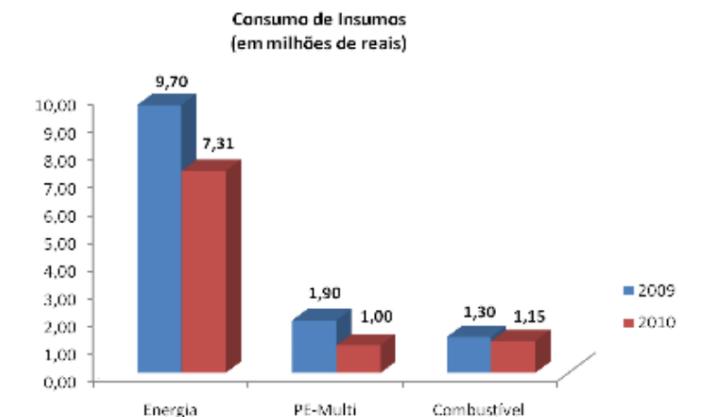
Os indicadores mostram que o novo modelo de gestão adotado, enfatizando o planejamento estratégico baseado em indicadores e dados consistentes, com a participação de todos os gestores da instituição, prioriza os resultados e possibilita ao TJPE um maior conhecimento de suas potencialidades, aproximando a organização de sua visão, que é "Em 2010, ter uma taxa de congestionamento entre as dez menores da Justiça Estadual. Ser referência de qualidade na prestação de serviços públicos jurisdicionais e reconhecido pela sociedade."

1.4. REDUÇÃO DE DESPESAS

Buscar soluções de economicidade com racionalização de insumos. Com esse objetivo, o TJPE desenvolveu métodos que garantiram grande redução em seus indicadores, com destaque para o consumo de energia elétrica. Destaca-se também as reduções no consumo de combustível e telefonia (PE Multidigital).

No ano de 2009, os gastos com energia elétrica ultrapassaram R\$ 9,7 milhões. Com a aplicação de boas práticas de engenharia e valorização das áreas técnicas, foi possível reduzir as despesas com este insumo para 7,3 milhões. A redução é de aproximadamente 25% sobre o exercício de 2009.

As despesas com telefonia fixa foram reduzidas com a adoção de práticas de racionalização de insumos. Neste caso, a redução foi de quase 50%. O resultado foi conquistado migrando-se do sistema tradicional para o PE Multidigital. Com o novo sistema, o TJPE paga apenas uma taxa mensal por ponto telefônico, dispensando, assim, o pagamento por pulsos utilizados em ligações entre órgãos do Estado.



Fonte: Revista TJPE

Outro indicador controlado, do qual houve também redução de gastos, foi o consumo de combustíveis. Apesar do aumento no preço do álcool e da gasolina no ano de 2010, os valores com este insumo reduziram de R\$ 1,3 milhão para R\$ 1,1 milhão. A economia deve-se à adoção de maior controle e monitoramento das rotas, além da manutenção regular da frota e ao monitoramento dos veículos.

Ressalte-se que as práticas desenvolvidas pelo TJPE objetivam o cumprimento das metas (13 a 15.3) contidas no Programa de Gestão. Estas metas versam sobre a redução do consumo de alguns insumos. Além disso, atendem à Recomendação nº 11 do Conselho Nacional de Justiça, que aconselha a todos os órgãos do Poder Judiciário a adotar políticas públicas que visem à recuperação e otimização de recursos, além de conscientizar os servidores e jurisdicionados sobre a necessidade de efetiva proteção do meio ambiente.

1.5. CARTÃO DE PAGAMENTO - Pagamentos de materiais adquiridos e serviços prestados ao TJPE serão feitos através de cartão

A Corte Especial do Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE) aprovou por unanimidade, no dia 29 de agosto de 2011, a Resolução número 314. O documento regulamenta a Lei Estadual número 14.246, de 17 de dezembro de 2010, que instituiu o suprimento de fundos institucional destinado à quitação de despesas extraordinárias. A partir dessa iniciativa os recursos serão movimentados por meio do Cartão de Pagamento do Poder Judiciário Estadual (CPPJE), nas funções débito automático e saque em espécie, sob operação do Banco do Brasil. A Resolução entrou em vigor no dia 30 de agosto após ser publicada na edição 160 do Diário da Justiça Eletrônico (DJe), com efeitos financeiros a partir de 1º de setembro de 2011. O objetivo da Presidência do TJPE é descentralizar a administração e diminuir a burocracia. Instituídos pelas resoluções nº 314/2011 e nº 316/2011, o CPPJE permite aos juizes, diretores de fórum e chefes de comarca um



melhor controle administrativo de bens e gastos dos fóruns. Em cada comarca, os responsáveis pelo fórum receberão cartões nominiais com os quais poderão efetuar pagamentos de serviços de manutenção, compras de materiais e equipamentos, despesas com alimentação, dentre outras utilidades. As despesas deverão ser aprovadas pelo juiz responsável e o usuário do cartão terá até 90 dias para prestação de contas. Serão dois cartões para o juiz do júri e dois cartões para o diretor do fórum.

Uma das prioridades da gestão do desembargador José Fernandes de Lemos foi a racionalização de insumos para a redução de despesas no TJPE

1.6. ORÇAMENTO X EXECUÇÃO

A execução orçamentária do exercício de 2010 correspondeu a 92,10% do orçamento total disponibilizado. Individualmente, as despesas com recursos do Tesouro Estadual tiveram um desempenho de 97,79%. As despesas com Recursos Diretamente Arrecadados 55,55% e as advindas de Convênios 3,62%. Neste caso, ressalta-se o montante de R\$ 6.890.497,38 disponibilizado pelo Poder Executivo a partir de meados de julho de 2010, a título de crédito extraordinário, conforme Decreto nº 35.316/10, para fazer face à reconstrução dos Fóruns de Palmares e Cortês, destruídos pelas intensas chuvas que atingiram o Estado.

Em relação ao exercício de 2009, a execução foi menor – na

ordem de 1,80%, passou de 93,90% para 92,10%, conforme evidenciado nos demonstrativos abaixo.

O TJPE recebeu, a título de duodécimo, o montante de R\$ 635.171.304,00 e de repasse financeiro R\$ 6.890.497,38, valor este destinado à cobertura de despesas de assistência às populações afetadas pelas intensas precipitações pluviométricas, especificamente para aplicação em despesas de capital (investimentos), conforme mencionado anteriormente. O total recebido do Tesouro Estadual correspondeu à importância de R\$ 642.061.801,38.

Para reforçar o orçamento, foi suplementada a fonte Tesouro (101), no montante de R\$ 12.000.000,00 com recursos de parte do superávit financeiro do exercício 2009.

EXERCÍCIO 2009 - ORÇAMENTO POR FONTE DE RECURSO			
FONTE DE RECURSOS	ORÇAMENTO TOTAL	EXECUTADO	% DE EXECUÇÃO
Recursos do Tesouro	587.548.000,00	575.871.404,97	98,01
Convênio MJ	718.767,91	6.573,33	0,91
Alienação	20.805,27	-	-
Recursos Diretamente Arrecadados*	89.787.866,32	60.835.108,04	67,75
TOTAL	678.075.439,50	636.713.086,34	93,90

Fonte: E-fisco Financeiro | *Principal receita advém das Taxas, Custas e Emolumentos

EXERCÍCIO 2010 – ORÇAMENTO POR FONTE DE RECURSO			
FONTE DE RECURSOS	ORÇAMENTO TOTAL	EXECUTADO	% DE EXECUÇÃO
Recursos do Tesouro	647.171.300,00	632.876.914,85	97,79
Convênios Diversos	7.602.691,96	275.220,29	3,62
Recursos Diretamente Arrecadados*	82.355.600,00	45.746.308,18	55,55
TOTAL	737.129.591,96	678.898.443,32	92,10

Fonte: E-fisco Financeiro | *Principal receita advém das Taxas, Custas e Emolumentos



Desembargadores do TJPE, acompanhados do presidente do Judiciário, assistem apresentação no Complexo Industrial Portuário de Suape, situado no litoral Sul do Estado, em maio de 2010



Desembargador José Fernandes de Lemos



O embaixador do Paquistão no Brasil, Alamgir Babar, visitou o chefe do Poder Judiciário de Pernambuco, desembargador José Fernandes de Lemos, em abril de 2010. O encontro entre as autoridades ocorreu no Salão Nobre do Palácio da Justiça e foi mediado pelo conselheiro Cesar Paiva Leite Filho



TJPE soma esforços com outros tribunais para a recuperação dos processos danificados pelas enchentes de junho de 2010



Presidente do TJPE prestigia cerimônia do Dia do Exército em 2010



Mesa diretora do biênio 2010/2011 presente no IV Encontro do Colégio Permanente de Vice-Presidentes de Tribunais de Justiça do Brasil



Desembargadores do TJPE, acompanhados do presidente do Judiciário, são recebidos pelo ouvidor Emilio Schuler no Complexo Industrial Portuário de Suape, situado no litoral Sul do Estado, em visita realizada em maio de 2010



Presidente do TJPE, desembargador José Fernandes de Lemos, e o então presidente do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, desembargador Roberto Ferreira Lins, assinam protocolo de cooperação visando a recuperação de processos e fóruns atingidos pelas chuvas de junho de 2010

DETALHAMENTO DA EXECUÇÃO DA DESPESA POR "GRUPO"			
DESCRIÇÃO	2009	2010	% VARIAÇÃO
Pessoal e Encargos Sociais	479.698.667,58	520.522.978,85	8,51
Despesas de Custeio	118.949.420,40	128.944.456,73	8,40
Investimentos*	38.064.998,36	29.341.007,74	(22,92)
Inversões Financeiras**	-	90.000,00	
TOTAL	636.713.086,34	678.898.443,32	6,63

Fonte: E-fisco Financeiro

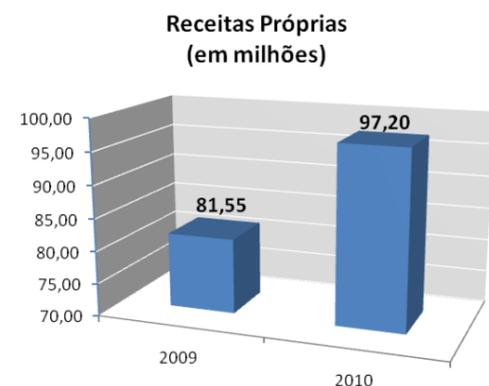
*Deste montante, R\$ 22.797.354,78 refere-se à aquisição de bens móveis

**Aquisição de um imóvel residencial para a Comarca de Águas Belas



RESULTADO FINANCEIRO			
DESCRIÇÃO	2009	2010	% variação
ATIVO FINANCEIRO	115.596.230,71	177.623.661,69	53,66
PASSIVO FINANCEIRO	(23.406.877,98)	(25.311.245,50)	8,14
SUPERÁVIT	92.189.352,73	152.312.416,19	65,22

Fonte: E-fisco Financeiro



1.7. POSIÇÃO FINANCEIRA

O Resultado Financeiro - diferença entre o Ativo Financeiro e o Passivo Financeiro -, no exercício em análise, foi superavitário. Em 2010, a gestão contou com o superávit financeiro do exercício 2009, no montante de R\$ 92.189.352,73 e, por sua vez, no exercício 2011 passou a contar com R\$ 152.312.416,19, proveniente do exercício anterior composto pelas fontes de recursos: Tesouro R\$ 21.438.460,03; Taxas, Custas e Emolumentos R\$ 115.404.897,93; Depósitos Judiciais R\$ 2.429.174,22; Convênios R\$ 9.177.949,82; Alienação de Bens R\$ 963.100,83 e demais fontes R\$ 2.898.833,36. O Superávit Financeiro servirá de lastro financeiro para a abertura de crédito suplementar ao orçamento em execução.

1.8. DESPESA COM PESSOAL

A Despesa com Pessoal do Poder Judiciário pernambucano mantém-se abaixo dos limites, prudencial e máximo, estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal, conforme demonstrado abaixo.

O limite é apurado quadrimestralmente, somando-se a despesa de pessoal realizada no mês em referência com as onze imediatamente anteriores, dividindo pelo montante da Receita Corrente Líquida, do mesmo período, apurada pelo Poder Executivo, através da Secretaria da Fazenda.

O percentual abaixo do limite prudencial justifica-se pelo crescente aumento da Receita Corrente Líquida, em que pese os acréscimos na Despesa de Pessoal deste Poder.

EXERCÍCIO 2010			
QUADRIMESTRE	CÁLCULO TD/RCL**	LIMITE PRUDENCIAL	LIMITE MÁXIMO
1º Quad. (Maio/09 a Abr/10)	4,25%	5,70%	6,00%
2º Quad. (Set/09 a Agos/10)	4,07%	5,70%	6,00%
3º Quad. (Jan/10 a Dez/10)*	3,92%	5,70%	6,00%

* Dados preliminares

** TD - Despesa com Pessoal

RCL - Receita Corrente Líquida

1.9. METAS DO CNJ - Coplan promove reunião para apresentar cumprimento de metas

Com o objetivo de divulgar as Metas alcançadas no biênio 2010/2011, a Coordenadoria de Planejamento (Coplan) do Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE) realizou, no dia 29 de novembro de 2011, uma reunião no auditório do Fórum Paula Batista. O encontro contou com a presença de representantes das assessorias e diretorias do Judiciário pernambucano, dentre estes o assessor especial da Presidência do TJPE, juiz Eduardo Guilliot; a secretária de Gestão de Pessoas, Valéria Pragana; e a assessora de Comunicação, Rosa Miranda. A mesa de honra da reunião foi coordenada pelo gestor da Coplan, Paulo Emílio, que preparou uma apresentação com as metas do Conselho Nacional de Justiça e as conquistas alcançadas pelo TJPE. Na ocasião, foi destacada a criação da Câmara de Conciliação e Arbitragem do TJPE, bem como a reestruturação administrativa dos Centros de Saúde, a ampliação da Justiça Itinerante e a implantação do Processo Judicial Eletrônico.

1.11. DIAGNÓSTICO DE IMAGEM - TJPE contrata diagnóstico de imagem

O Tribunal de Justiça de Pernambuco contratou, em fevereiro de 2011, uma agência de comunicação, denominada Oficina da Palavra, sediada em Brasília, com o objetivo de identificar os principais problemas no Judiciário pernambucano. A agência aplicou um questionário para cerca de 300 servidores, 150 magistrados e 200 cidadãos sobre os serviços oferecidos pelo Tribunal, além de avaliar a qualidade de atendimento, condições de trabalho, dentre outros temas. O trabalho busca apresentar soluções na área de comunicação voltadas para a melhoria da prestação do serviço pelo Judiciário e o fortalecimento de imagem da instituição no Estado.

1.12. CENSO PREVIDENCIÁRIO - TJPE inicia censo previdenciário

O Tribunal de Justiça de Pernambuco deu início, no dia 8 de agosto de 2011, ao Censo Previdenciário que teve por objetivo recadastrar cerca de 600 magistrados e seis mil servidores, entre ativos e aposentados, para atualizar seu banco de dados. No lançamento da ação, o presidente do TJPE, desembargador José Fernandes de Lemos, destacou que a meta da iniciativa era evitar fraudes no pagamento de benefícios e melhor gerenciar os recursos financeiros da Previdência Social. O recadastramento aconteceu até o dia 26 de agosto em dez postos, que fizeram atendimento regionalizado.



No lançamento da ação, o desembargador José Fernandes e o diretor geral do TJPE, Leovelgildo Mota, ressaltaram a importância do censo para melhorar o gerenciamento de recursos na Previdência Social



Com a proposta de defender os princípios e funções institucionais do Judiciário nacional, 22 presidentes dos Tribunais de Justiça do país se reuniram em Pernambuco em agosto de 2010

1.13. ENCONTRO DE PRESIDENTES DE TRIBUNAIS DE JUSTIÇA

O Estado de Pernambuco foi distinguido no âmbito do Poder Judiciário ao sediar o 84º encontro do Colégio Permanente de Presidentes de Tribunais de Justiça do Brasil. O evento aconteceu entre 11 e 12 de agosto de 2010 e teve como objetivo defender os princípios e funções institucionais do Poder Judiciário nacional, bem como a integração e intercâmbio de experiências entre os Tribunais de Justiça do país.

Durante o encontro, uma carta de intenções, intitulada Carta do Recife, com proposições defendidas e aprovadas pelos representantes dos 22 estados reunidos, foi lançada no final do evento. Os desembargadores presidentes destacaram a urgente necessidade de se compatibilizar as regras de licitações estabelecidas na resolução do CNJ, com a Lei Federal Nº 8.666/93.

Ainda no evento foi feita uma homenagem (post mortem) ao desembargador Benildes de Souza Ribeiro, que foi o idealizador do 1º Encontro Nacional de Presidentes de Tribunais de Justiça do Brasil.



1.14. TJPE SOBE PARA O 4º LUGAR NO RANKING DO CNJ

No mês de março de 2011, o Tribunal de Justiça de Pernambuco ficou em 4º lugar no ranking do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) que mede a prestação de informações sobre produtividade das serventias judiciais de 1º grau de todo o país. O percentual de produtividade informada atingiu 95,62% das 413 varas existentes no Estado.

1.15. TRIBUNAL INSTITUI COORDENADORIA DA MULHER

Uma nova medida para combater as agressões físicas praticadas contra o público feminino foi aprovada por unanimidade pela Corte Especial do Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE), no dia 22 de agosto de 2011. Trata-se da Resolução nº 313, que instituiu a Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar.

A Coordenadoria funciona como um órgão colegiado não jurisdicional de assessoria à Presidência do TJPE e é composta por um desembargador, que assume o cargo de presidente; três juízes, sendo que um desses deverá estar atuando nos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra Mulher; e um servidor do Judiciário estadual. Desde sua criação, o desembargador Jones Figueirêdo vem atuando como presidente da Coordenadoria. As juízas Fernanda de Paula, Maria Thereza Pés e Virgínia Dantas, além da servidora Adriana Amaral de Barros, também fazem parte do órgão.

A Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar tem, entre suas atribuições, que elaborar sugestões para o aprimoramento da estrutura do TJPE, visando garantir o melhor atendimento no que diz respeito ao tema; dar suporte aos magistrados, aos servidores e às equipes multi-profissionais; promover a articulação interna e externa do Poder Judiciário com outros órgãos governamentais e não-governamentais; e recepcionar dados, sugestões e reclamações referentes aos serviços de atendimento à mulher em situação de violência, promovendo os encaminhamentos e divulgações pertinentes.

A criação da Coordenadoria levou em consideração a necessidade de o Estado assegurar assistência a cada um dos integrantes da família, criando mecanismos para coibir a violência no âmbito de suas relações. Também observou a edição da Resolução nº 128/2011, do Conselho Nacional de Justiça, que determina a criação de Coordenadorias Estaduais das Mulheres em Situação de Violência Doméstica e Familiar no âmbito dos Tribunais de Justiça estaduais.

9.9. PRESIDENTE JOSÉ FERNANDES CONCEDE LICENÇA-ADOTANTE DE 180 DIAS PARA SERVIDOR

O presidente do Tribunal de Justiça de Pernambuco, desembargador José Fernandes de Lemos, concedeu a primeira licença-adoptante de 180 dias para um servidor do Poder Judiciário de Pernambuco, no dia 22 de agosto de 2011. O chefe do Judiciário estadual destacou na sua decisão como a convivência entre pai e filho é essencial para a criança. Ainda na decisão, foi registrado que embora o requerente seja ocupante de cargo em comissão, com fundamento em precedentes jurisprudenciais, em especial no julgado da Corte Especial deste Poder, decorrente de decisão proferida no Mandado de Segurança nº 0202.619-1, é possível a aplicabilidade extensiva da prorrogação do prazo de licença maternidade.

A solenidade de sanção da lei que atualizará a subvenção social destinada à Caixa de Assistência dos Magistrados do Estado de Pernambuco, com a presença do presidente do TJPE, desembargador José Fernandes, e do governador do Estado, Eduardo Campos

9.10. LEI SANCIONADA - TJPE e Governo do Estado sancionam lei atualização de subvenção social

No dia 13 de setembro de 2011, o presidente do Tribunal de Justiça de Pernambuco, desembargador José Fernandes de Lemos, participou da solenidade de sanção da lei que atualizará a subvenção social destinada à Caixa de Assistência dos Magistrados do Estado de Pernambuco (Campe). O projeto de lei ordinária passará a vigorar a partir de janeiro de 2012. A subvenção diz respeito ao custeio, por meio de convenio firmado entre o TJPE e a Caixa de Assistência, de atendimento médico-odontológico de magistrados e dependentes. A atualização diz respeito a não alteração, desde 2003, do valor repassado.



9.12. TAXAS DE CARTÓRIOS SEM AUMENTO

Pela primeira vez em 14 anos, as taxas cobradas nos cartórios de Pernambuco não passarão por reajuste, graças à decisão tomada pelo presidente do Tribunal de Justiça de Pernambuco, desembargador José Fernandes de Lemos. A medida é válida para todos os cartórios do Estado. "Agir diferentemente significaria consagrar mecanismos de correção compulsória de preços públicos, com indexação automática a índices inflacionários, em ofensa à lei federal", argumentou o presidente do TJPE.

A decisão do presidente do Judiciário está amparada na lei federal 10.092/2001, que defende a proibição de correções monetárias baseadas na variação dos índices inflacionários. Entre 2008 e 2011, o valor arrecadado pelos cartórios cresceu 116,7%. O reajuste da tabela é feito a cada dia 1º de janeiro, com base no IPCA dos 12 meses anteriores. Em 2011, o aumento foi de 5,91%. Em 2012 se o Tribunal não tivesse congelado as taxas, o aumento seria de 6,64%.

O desembargador José Fernandes de Lemos enviará um projeto de lei que modifica o mecanismo de correção à Assembleia Legislativa, após ser submetido à Comissão de Justiça e ao Tribunal Pleno do TJPE. Se aprovado, o texto segue para sanção do governador Eduardo Campos.

9.11. PRESIDENTE DO TJPE RECEBE GRUPO DE PENSIONISTAS DE MAGISTRADOS DO ESTADO

O presidente do Tribunal de Justiça de Pernambuco, desembargador José Fernandes de Lemos, recebeu no seu gabinete um grupo representando as pensionistas dos magistrados do Estado. O objetivo delas foi agradecer pelo empenho do presidente para que o pagamento da parcela autônoma de equivalência fosse efetivado. O pagamento foi estendido a pensionistas e herdeiros de magistrados. A diferença se refere ao período de setembro de 1994 a dezembro de 1997. Os advogados das pensionistas e o diretor Financeiro do TJPE, Francisco Abreu, também participaram da reunião.

O Presidente José Fernandes, o diretor financeiro do TJPE, as pensionistas e seus advogados.



INFORMATIZAÇÃO

2. Informatização

2.1. PÁGINA VIRTUAL DO PED

Em 2010, foi inaugurada a página virtual do Plano Estratégico Decenal (PED) do Tribunal de Justiça de Pernambuco, no endereço www.tjpe.jus.br/planodecenal. Nela o internauta tem acesso às principais informações sobre os projetos estratégicos da organização, as metas e objetivos para os próximos dez anos.

O projeto é informar no endereço eletrônico o desempenho obtido pelo TJPE através de seus indicadores, fomentando assim a transparência da gestão junto à sociedade.



As metas do Plano Estratégico Decenal discutidas em mais um evento no Tribunal agora podem ser acessadas pelo site do TJPE

Poder Judiciário de Pernambuco
www.tjpe.jus.br

Home
03/11/2011 18:08:59 | Endereços do Judiciário | Plantão Judiciário | Ouvidoria

Plano Estratégico Decenal 2010/2019

Apresentação

No mundo atualmente globalizado, com complexidade crescente, mudanças aceleradas, incertezas exacerbadas, ciência e tecnologia são ingredientes cruciais ao desenvolvimento de qualquer instituição.

Um grande desafio que se impõe é o de planejar a longo prazo, vencendo a barreira da temporalidade de cada gestão, de entender a Instituição de forma uma considerando servidores e magistrados.

Nesse sentido, o Tribunal de Justiça de Pernambuco realizou seminários com participação de 93 servidores e magistrados, contemplando todas as circunscrições e envolvendo todos os gestores de Unidades do Poder Judiciário, em conformidade com a estratégia proposta pelo Conselho Nacional de Justiça – CNJ, a fim de elaborar o Plano Estratégico Decenal 2010/2019 da Instituição.

© Copyright Poder Judiciário de Pernambuco

Página virtual do PED- www.tjpe.jus.br/planodecena

2.2. SICASE

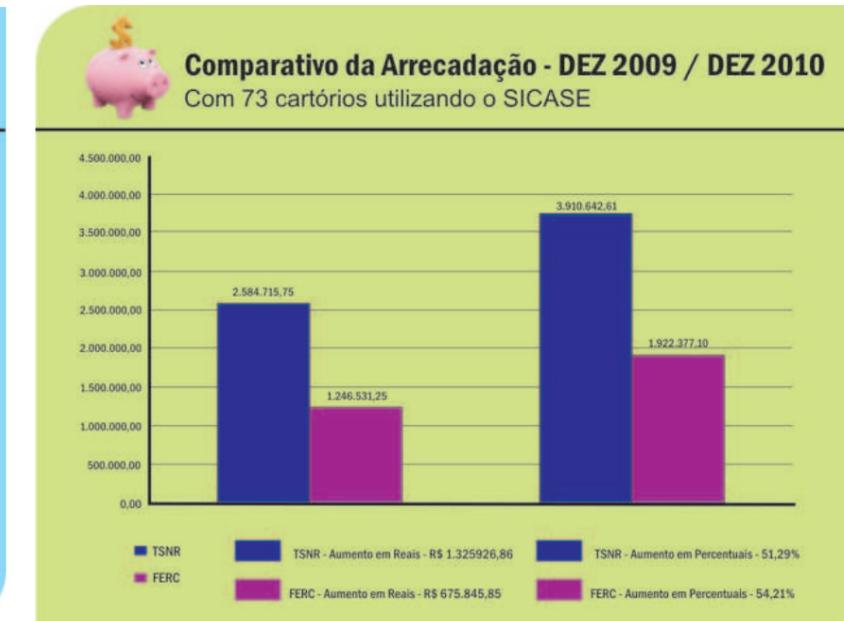
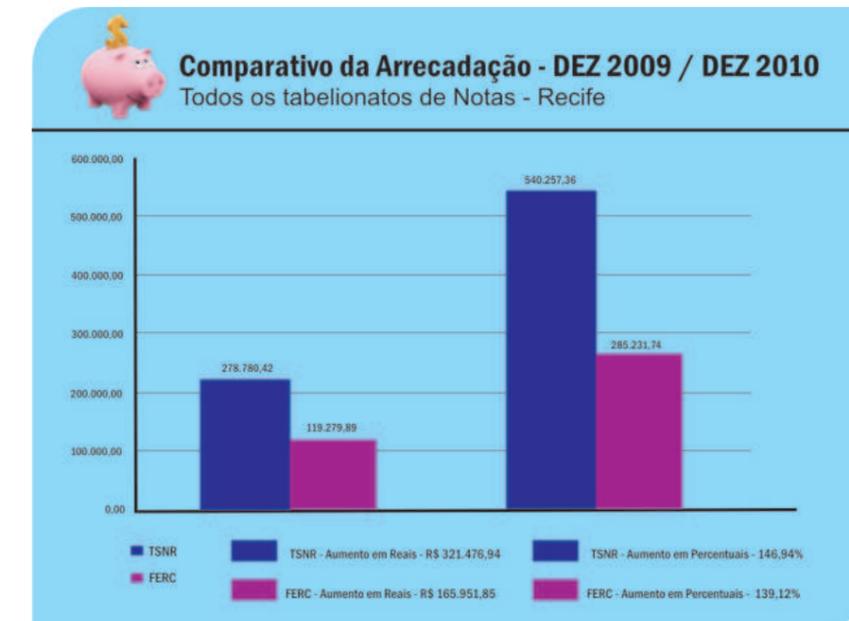
O Tribunal de Justiça de Pernambuco e o Banco do Brasil firmaram acordo para implantação e ampliação do uso do Sistema de Controle de Arrecadação das Serventias Extrajudiciais (Sicase). O programa, que consiste na informatização da cobrança dos serviços cartoriais, começou a funcionar em dezembro de 2010 e seu uso se estenderá aos 499 cartórios pernambucanos.

Para o presidente do TJPE, desembargador José Fernandes Lemos, a sociedade é a principal beneficiada com a ação. “O usuário é quem mais sai ganhando. Ele vai pagar o valor exato do serviço, o preço que está na lei. Todos os atos judiciais do cartório estarão catalogados com os respectivos valores”, explica.

O Sicase objetiva reduzir o risco de sonegação tributária

por parte dos cartórios e fazer com que a tabela de preços dos serviços notariais seja cumprida. Com a implantação do programa, a cobrança das taxas é feita por boleto bancário, emitido no endereço eletrônico do Poder Judiciário pernambucano. O pagamento é feito pelo usuário do serviço nas agências do Banco do Brasil ou na sua rede credenciada.

Além de implantar a emissão de guia exclusivamente pela Internet, o Sicase inova ao garantir o cálculo automático dos valores em cada taxa, tornando obrigatório o pagamento na rede bancária. Para o TJPE, o sistema também facilitará a fiscalização da atividade cartorial, pois permite o acompanhamento diário da arrecadação nos cartórios (emolumentos, Taxa de Fiscalização de Serviços Notariais e Registrais - TSNR, recursos destinados ao Fundo Especial do Registro Civil – FERC).





O Judiciário estadual e o Banco do Brasil firmaram convênio para implantação e ampliação do uso do Sistema de Controle de Arrecadação das Serventias Extrajudiciais (Sicase)

2.3. PRODUTIVIDADE DE MAGISTRADOS NA INTERNET

O portal do Tribunal de Justiça de Pernambuco disponibilizou os indicadores de desempenho de magistrados do Judiciário Estadual. Através do site <http://www.tjpe.jus.br/meta7>, os internautas podem acompanhar a produtividade das unidades judiciárias de 1º e 2º Grau.

2.4. PROCESSO JUDICIAL ELETRÔNICO - Processo Judicial Eletrônico começa a funcionar em Pernambuco

A implantação do Pje ocorreu no 24º Juizado das Relações de Consumo, a primeira unidade a utilizar o sistema

O projeto piloto de implantação do Processo Judicial Eletrônico (PJe), sistema de distribuição e julgamento de processos por meio digital, foi lançado no dia 31 de março de 2011 no 24º Juizado Especial das Relações de Consumo de Pernambuco, localizado no Fórum Thomaz de Aquino. O Tribunal de Justiça de Pernambuco

(TJPE) foi a corte estadual escolhida pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) para a implantação do sistema piloto no âmbito dos Juizados Especiais. Atualmente, o 24º Juizado Especial Cível das Relações de Consumo já possui mais de 800 processos tramitando no sistema. Outros juizados que já passaram pelo processo de mudança para o Fórum Desembargador Benildes de Souza também começaram a funcionar com o Processo Judicial Eletrônico.

Processo Judicial Eletrônico no Segundo Grau

Foi criada uma nova versão do Processo Judicial Eletrônico (Pje) para atender as demandas do colégio recursal e dar continuidade aos processos. Como no colégio recursal as decisões são colegiadas, a primeira versão do Pje não suportava esse tipo de trâmite.

TJPE divulga cronograma de implantação do PJe

O cronograma de implantação do Processo Judicial Eletrônico (PJe) nos Juizados Especiais Cíveis e das Relações de Consumo do Recife e no âmbito da Comarca da Capital do Estado foi publicado no Diário de Justiça Eletrônico (DJe) do dia 21 de novembro de 2011. A previsão é de que, até março de 2012, os juizados passem a funcionar com o sistema. Já nas varas da Capital, a expectativa é de que o processo termine em dezembro de 2014. A instrução normativa e o ato que tratam do assunto foram assinados pelo presidente do Judiciário estadual, desembargador José Fernandes de Lemos. Nos juizados, a implantação já começou. Nas varas, o processo terá início em março de 2012. A iniciativa busca garantir a eficiência e celeridade às decisões judiciais através da virtualização dos processos novos. Desenvolvido pelo Conselho Nacional de Justiça em parceria com diversos tribunais, o PJe controla a tramitação de atos em processos exclusivamente eletrônicos.





Reunião do Comitê Gestor do Processo Judicial Eletrônico com o presidente do TJPE. O grupo foi instituído pela Presidência do Tribunal em maio de 2010



Pacificação de conflitos: durante o biênio 2010/2011, o chefe do Judiciário pernambucano, desembargador José Fernandes de Lemos, e o coordenador adjunto das Centrais de Conciliação, Mediação e Arbitragem do TJPE, desembargador Leopoldo Raposo, firmaram parcerias com diversas faculdades de direito no sentido de implantar câmaras de conciliação em Núcleos de Práticas Jurídicas das unidades de ensino



Presidente do TJPE e seus assessores recebem o coordenador do Comitê Executivo do Fórum de Assuntos Fundiários e juiz auxiliar da Presidência do CNJ, Marcelo Berthe, e o juiz auxiliar da Corregedoria Nacional, Ricardo Chimenti, em abril de 2010



Desembargador José Fernandes de Lemos recebeu medalha Conselheiro João Alfredo Corrêa de Oliveira – Categoria Mérito Judiciário, no dia 17 de maio de 2010, no Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região



Chefe do Poder Judiciário prestigia IX Encontro de Colegiado dos Presidentes das Assembleias Legislativas. O encontro aconteceu em abril de 2010 e teve como tema “A importância dos Tribunais de Contas para a Consolidação da Democracia”



O presidente do Tribunal de Justiça de Pernambuco assumiu o governo do Estado de Pernambuco, no dia 13 de maio de 2010, em razão de viagem internacional do governador Eduardo Campos



Chefes de Tribunais de Pernambuco se unem para viabilizar recuperação dos processos e fóruns danificados pela enchente que atingiu a Zona da Mata pernambucana em junho de 2010



Cerimônia de entrega da Medalha Conselheiro João Alfredo Corrêa de Oliveira, no Tribunal Regional do Trabalho

2.5. ANTECEDENTES CRIMINAIS

O presidente do Tribunal de Justiça de Pernambuco, desembargador José Fernandes de Lemos, inaugurou o serviço gratuito de emissão e validação de certidões negativas de antecedentes criminais pela internet no dia 8 de novembro de 2011. Com ela, pessoas físicas ou jurídicas passam a solicitar, exclusivamente pelo site do TJPE, certidões cujo resultado seja “nada consta” (em que não exista pendência processual criminal). O Setor de Antecedentes Criminais do Tribunal deixa de emitir o certificado, mas continua funcionando para orientar a população. O trabalho surgiu a partir da constatação do grande número de pessoas que se aglomeravam em busca da certidão. Em 2011, foram emitidas mais de 77 mil de certidões negativas.



O desembargador José Fernandes destacou a importância do procedimento para a Justiça virtual

2.6. NOVA CENTRAL DE TI - Setic apresenta nova Central de Tecnologia da Informação

A Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação (Setic) do Tribunal de Justiça de Pernambuco inaugurou, no dia 28 de fevereiro de 2011, a nova Central de Tecnologia da Informação. O projeto, que começou a ser planejado em setembro de 2009, busca a expansão e a modificação dos serviços relacionados à tecnologia da informação na Justiça pernambucana. Com o aumento do número de servidores que compõem o quadro do TJPE, novas demandas se tornam evidentes. A meta é garantir um rápido e correto encaminhamento dos incidentes, problemas e requisições de serviços dos servidores e magistrados. Entre os benefícios advindos da implantação da nova central de serviços, pode-se destacar: aumento da acessibilidade; elevação da produtividade; redução dos impactos de indisponibilidade de sistema; e busca pela melhoria no atendimento.



O serviço gratuito foi inaugurado pelo desembargador José Fernandes de Lemos no Fórum Rodolfo Aureliano, com o diretor do Foro do Recife Humberto Vasconcelos, o desembargador Fausto Campos e o juiz Alfredo Hermes

Na Central de Tecnologia da Informação do Judiciário pernambucano são realizados cerca de 250 atendimentos por dia

2.7. PRESIDENTE DO TJPE RECEBE CERTIFICAÇÃO DIGITAL

O Tribunal de Justiça de Pernambuco realizou a certificação digital de todos os magistrados do Estado. Por meio do notebook funcional e de um equipamento semelhante a um pen drive, chamado de token – que está sendo entregue durante o procedimento –, juízes e desembargadores poderão acessar o sistema Judwin de qualquer lugar do País. Cerca de 150 magistrados já estão de posse da nova ferramenta. O presidente do TJPE, desembargador José Fernandes de Lemos, esteve no Fórum Rodolfo Aureliano para receber sua certificação.



O token foi distribuído pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), sem qualquer custo para o Judiciário estadual, com a finalidade de atender à Meta 8, traçada no ano passado, para cadastrar todos os magistrados como usuários de sistemas eletrônicos de acesso a informações de ordens judiciais. Para o presidente do TJPE, o equipamento é imprescindível para a virtualização dos processos judiciais. “A Justiça virtual não poderia funcionar sem essa ferramenta. Ela está para o processo virtual como o lápis está para a escrita. O juiz vai poder dar um despacho de qualquer lugar de forma segura”, afirma.

O trabalho foi realizado em parceria pelas Secretarias Judiciária, de Informática e Gestão de Pessoas (SGP) e conta com o apoio da Assessoria do Cerimonial. Em abril de 2011, o TJPE recebeu uma homenagem do Instituto Nacional de Tecnologia da Informação (ITI), durante o 9º Fórum de certificação digital, pelo apoio à consolidação do sistema nacional de certificação digital.

2.8. SISTEMA ANDROID - Processos de 1º Grau do TJPE podem ser acessados pelo Android

Os processos do 1º Grau que tramitam no Judiciário pernambucano podem agora ser consultados através do Sistema Operacional Android, disponível em tablets e aparelhos de celular. O serviço é oferecido gratuitamente e permite aos usuários acompanhar ações por meio do número NPU. A iniciativa, desenvolvida pelos servidores da unidade de Engenharia de Software da Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação do Tribunal começou a ser colocada em prática na primeira quinzena de outubro de 2011. As ações podem ainda ser salvas como favoritas, facilitando o acesso posterior e o acompanhamento dos processos de interesse.

CONCILIAÇÃO
E VOLUNTARIADO

3. Conciliação e Voluntariado

3.1. EXPANSÃO DAS UNIDADES DE CONCILIAÇÃO

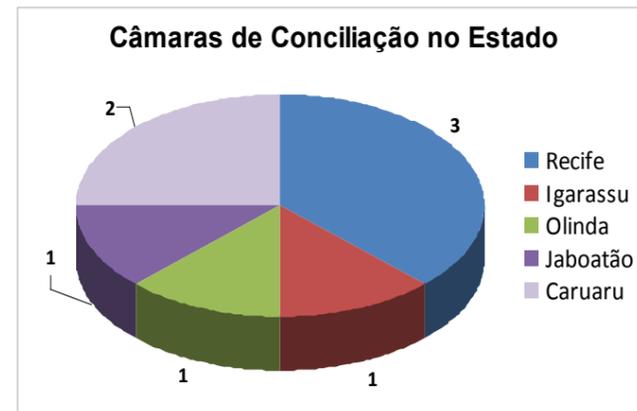
Com o objetivo de diminuir as contendas judiciais e agilizar a resolução dos conflitos, o Tribunal de Justiça de Pernambuco vem investindo nas unidades de conciliação, mediação e arbitragem.

Com este intuito, no ano de 2010, três novas Câmaras de Conciliação, Mediação e Arbitragem foram inauguradas no Estado, uma no interior, na comarca de Caruaru, e outras duas na Capital.

As Câmaras de Conciliação são unidades mantidas por instituições de ensino superior através de parceria com o Judiciário estadual.

A proposta é promover conciliações, mediações e arbitragens em litígios relativos a direitos patrimoniais disponíveis, envolvendo pessoas ou entidades da mesma ou de diferentes categorias econômicas e profissionais. As faculdades também se comprometem a implantar e manter uma estrutura física e de pessoal suficiente ao cumprimento das atividades desenvolvidas nessas unidades.

O Judiciário pernambucano investiu na implantação de mais Câmaras de Conciliação, Mediação e Arbitragem em 2011. Foram inauguradas Câmaras de Conciliação, Mediação e Arbitragem na Universidade Católica de Pernambuco (Unicap), na Faculdade Joaquim Nabuco (FJN), na Faculdade Integrada Barros Melo (AESO), na Faculdade Integrada de Pernambuco (Facipe), na Faculdade Escritor Osman da Costa Lins (Facol), na Faculdade de Ciências Humanas e Sociais de Araripina (Facisa), na Faculdade de Ciências Aplicadas e Sociais de Petrolina (Facape), na Faculdade de Ciências Humanas e Exatas do Sertão de São Francisco (Facesf) e na Faculdade de Integração do Sertão (FIS).



Fonte: Revista TJPE

Em maio de 2011, uma Câmara de Conciliação, Mediação e Arbitragem foi inaugurada na Unicap com a presença do desembargador Leopoldo Raposo



3.2. DEZ MIL ACORDOS NAS CENTRAIS DE CONCILIAÇÃO

Em funcionamento há dois anos, as Centrais de Mediação, Conciliação e Arbitragem de Pernambuco já possuem um saldo de mais de 10 mil acordos realizados. Nesses dois anos de funcionamento, 23.594 procedimentos deram entrada nas Centrais, dos quais 13.847 tiveram sessões realizadas. Desses, 10.640 foram conciliados, o que corresponde a um índice de 76,83% de acordos.

Em média, a cada quatro audiências realizadas, três resultam em acordo. Dos procedimentos conciliados, apenas 73 sofreram processo de execução devido ao não cumprimento de acordos, o equivalente a apenas 0,68% de descumprimento. Os dados são referentes ao período de 1º de janeiro de 2008 a 3 de dezembro de 2010. Os resultados obtidos pelas Centrais fizeram com que o Estado se tornasse referência na questão da conciliação. Representantes do Conselho Nacional de Justiça estiveram no TJPE para conhecer o modelo implantado pelo Judiciário pernambucano.

As Centrais atuam como órgãos auxiliares das demais unidades judiciárias (varas e Juizados Especiais) e têm competência de conciliar, mediar e arbitrar conflitos judiciais e extrajudiciais em que a lei admita acordo ou transação, inclusive decorrentes de infrações penais. Cabe aos juízes que as integram, homologar e executar os acordos ou transações extrajudiciais; processar, julgar e executar as ações especiais previstas na lei de arbitragem, inclusive conceder medidas cautelares e coercitivas solicitadas por árbitros; e executar a sentença arbitral, na forma prevista na legislação federal.

3.3. AUDIÊNCIAS DE CONCILIAÇÃO MARCADAS VIA INTERNET

A marcação de audiências de conciliação no TJPE pode ser realizada pela Internet. O novo serviço está disponível no link Mediação, Conciliação e Arbitragem, situado no rodapé da página eletrônica da instituição. Podem usar o serviço, os interessados em resolver processos judiciais existentes por meio da conciliação e também pessoas que ainda não tenham ajuizado ações para solucionar conflitos.

3.4. MUTIRÃO DPVAT

I MUTIRÃO DO SEGURO DPVAT

Mais de 500 acordos foram celebrados no I Mutirão do Seguro Obrigatório DPVAT, realizado em 2010. Cerca de R\$ 3,4 milhões em indenizações foram pagos. A iniciativa teve como objetivo solucionar ações relacionadas à cobrança do seguro obrigatório que deve indenizar vítimas de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Via Terrestre.

Dos 1.200 processos listados, 880 tiveram audiências realizadas, não se realizando apenas as audiências em que as partes estavam ausentes ou nas quais já existiam acordos firmados antes do mutirão.

Cerca de 720 audiências estavam aptas para acordo – cujo tempo para ingressar com a ação não tinha prescrito ou que as partes não haviam recebido tudo a que tinham direito. Dessas, 75% chegaram a acordo.





3.5. PROGRAMA VOLUNTARIADO-MODELO - Serviço voluntário do TJPE serve de modelo na Paraíba

O Ministério Público do Estado da Paraíba (MPPB) levou para aquele estado a experiência que o Tribunal de Justiça de Pernambuco desenvolve com o chamado estágio voluntário. A resolução que implanta o serviço legalmente foi aprovada no dia 29 de março de 2011, quando também foi feita a escolha do promotor de justiça coordenador do programa, que já está firmando convênios com as instituições de ensino superior de João Pessoa. Para ajudar na criação do serviço voluntário no MPPB, o presidente do TJPE, desembargador José Fernandes, autorizou a ida de um servidor da Coordenadoria do Serviço Voluntário a João Pessoa. Entre 28 de fevereiro e 4 de março, o técnico judiciário e chefe do Núcleo de Capacitação do Serviço Voluntário, Wagner Lucena, orientou cada passo do processo de implantação do serviço.

3.6. MUTIRÕES TAC/TEC

Os Juizados Especiais Cíveis de Pernambuco promoveram em 2011 uma série de mutirões para resolução de processos que envolvem pedidos de devolução de cobrança de Tarifas de Antecipação de Crédito (TAC) e Tarifas de Emissão de Carnês (TEC). O primeiro Mutirão TAC/TEC aconteceu em fevereiro no 2º Tribunal do Júri, no Fórum Thomaz de Aquino, onde foram realizadas cerca de 150 audiências conciliatórias. Outro mutirão TAC/TEC foi promovido em março, no 4º Juizado Especial Cível da Capital, localizado em Casa Amarela, onde foram julgados cerca de 900 processos. Já em Camaragibe, no mês de novembro, foram julgados 167 processos referentes aos pedidos de devolução de cobrança TAC/TEC.



Representantes do MPPB em reunião discutindo o modelo de serviço voluntário do TJPE, para levar a experiência para o Judiciário paraibano

II MUTIRÃO DO SEGURO DPVAT - Caruaru sedia II Mutirão do Seguro Obrigatório DPVAT

O Poder Judiciário de Pernambuco promoveu o II Mutirão do Seguro DPVAT, no município de Caruaru, no período de 15 a 18 de março de 2011, para a resolução dos processos que tramitavam no Juizado Especial Cível do município. O Judiciário contou com a parceira da Ordem dos Advogados do Brasil- Seccional Caruaru e Defensoria Pública. Estudantes de Direito auxiliaram os conciliadores e juízes leigos durante todo o mutirão. No total, foram agendadas 832 audiências para o evento. Deste total foram realizadas 459, com 292 processos resolvidos, gerando indenizações que somaram R\$ 1.491.413,47. O índice de acordo foi de 63,62%.

III Mutirão do seguro DPVAT - Acordos do III Mutirão do DPVAT movimentaram R\$ 1,5 milhão em indenizações

O III Mutirão do Seguro Obrigatório – DPVAT chegou ao fim no dia 2 de dezembro de 2011, obtendo um índice de conciliação de 40% nas 719 audiências realizadas desde o dia 28 de novembro. Os 288 acordos homologados movimentaram R\$ 1.553.807,69 em indenizações. O evento integrou a programação do Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE) durante a 6ª Semana Nacional de Conciliação promovida pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ). As audiências do Mutirão ocorreram em 14 salas instaladas no hall monumental do Fórum Rodolfo Aureliano, das 8h às 18h. O objetivo era solucionar, através do acordo entre as partes, ações que tinham por objeto a cobrança de indenização a título de seguro obrigatório para vítimas de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Via Terrestre (DPVAT).

O II Mutirão do Seguro DPVAT, promovido em Caruaru, atingiu um índice de acordo de 63,62%



Mesa diretora do biênio 2010/2011 comemora produtividade do TJPE, que alcançou o 4º lugar no ranking do Conselho Nacional de Justiça no mês de março de 2010. O percentual de produtividade informada atingiu 95,62% das 413 varas existentes no Estado



Defensora pública geral do Estado, Tereza Joacy Gomes, visitou presidente do Tribunal de Justiça no dia 17 de março de 2011, para agradecer pela sala cedida pelo TJPE aos defensores públicos que atuam nos Tribunais do Júri, no Fórum Tomaz de Aquino



Desembargadores do TJPE, acompanhados do presidente do Judiciário, em visita ao Complexo Industrial Portuário de Suape, em maio de 2010



O presidente do TJPE recebeu visita do então Comandante da Capitania dos Portos de Pernambuco, Joêse de Andrade Bandeira Leandro, e do Capitão de Mar e Guerra Mauro José da Silva Gonçalves. Visita aconteceu em abril de 2010 com o objetivo de convidar o chefe do Poder Judiciário para a passagem do Comando da Capitania



Presidente do TJPE recebe medalha do mérito da Aeronáutica, em outubro de 2010



Representantes dos Poderes Judiciário, Executivo e Legislativo se reúnem para trocar informações acerca das ações de desapropriações referentes à Ferrovia Transnordestina, em maio de 2010



Desembargadores José Fernandes e Leopoldo Raposo inaugurando Câmara de Conciliação, Mediação e Arbitragem



Presidente do Tribunal de Justiça de Pernambuco recebe visita do juiz auxiliar da Corregedoria Nacional, Ricardo Chimenti, em abril de 2010.



Recebimento e coroação da imagem de Nossa Senhora de Fátima. Cerimônia aconteceu no Salão Nobre do TJPE, com a presença do Chefe do Judiciário, desembargador José Fernandes Lemos, e sua esposa, Juliana Lemos



Em maio de 2010, presidente do TJPE recebeu e coroou a imagem de Nossa Senhora de Fátima no TJPE. A cerimônia religiosa foi promovida pelos Arautos do Evangelho e pela Associação de Cônjuges dos Magistrados de Pernambuco



3.7. CONCILIAÇÃO

Para fomentar a cultura da conciliação processual, reduzindo o acervo e o tempo de duração dos processos, o Judiciário pernambucano promoveu uma série de eventos relevantes de conciliação em 2011. Dentre os quais estava a I Semana Pernambucana da Conciliação, que registrou o índice de conciliação geral de 77%.

Outro evento relevante realizado pelo Tribunal foi a II Semana Pernambucana da Conciliação, que aconteceu no hall monumental do Fórum Rodolfo Aureliano, de 12 a 16 de setembro. O mutirão foi destinado a resolução de processos que tramitavam nos Juizados Cíveis e das Relações de Consumo da Região Metropolitana do Recife, envolvendo pessoas físicas e jurídicas. A Semana obteve um índice de resolução de conflitos de 87% nas 699 audiências realizadas.

A 6ª Semana Nacional de Conciliação, promovida pelo Conselho Nacional de Justiça, celebrou 3.600 acordos, no período de 28 de novembro a 2 de dezembro. O índice de conciliação do tribunal foi de 46,89% em 7.677 audiências realizadas nas varas, juizados especiais, centrais de conciliação do 1ª e 2ª graus e no III Mutirão do Seguro Obrigatório- DPVAT. Foram atendidas 20.367 pessoas nas unidades judiciárias do Estado que participaram do evento. Os acordos homologados movimentaram R\$ 8.134.127,64.

A 6ª Semana Nacional de Conciliação em Pernambuco, promovida no período de 28 de novembro a 2 de dezembro de 2011, celebrou 3.600 acordos

3.7. RAPIDEZ - TJPE LANÇA NÚCLEO DE CONCILIAÇÃO PRÉ-PROCESSUAL

O Presidente do TJPE, desembargador José Fernandes de Lemos, instituiu o Núcleo de Conciliação Pré-processual para as demandas que envolvem serviços de interesse da coletividade relacionados à telefonia, energia elétrica, água e esgoto. “O importante é divulgar que agora ficou muito mais rápido; que o cidadão, antes até de reclamar, pode tentar uma conciliação dentro da Central com representantes das empresas”, explicou José Fernandes. Advogados da Oi e da Telemar, liderados pelas Senhoras Ellen Marques e Adriana Velhote, estiveram presentes, demonstrando apoio integral a uma iniciativa que tenta promover a solução de conflitos. “Nós fomos visitar uma ação semelhante no Rio de Janeiro, que obteve grande sucesso, e resolvemos trazer para Pernambuco”, afirmou a Coordenadora dos Juizados Especiais, Juíza Fernanda de Paula.



GESTÃO DE
PESSOAS

4. Gestão de pessoas

4.1. CONCURSO PARA JUIZ SUBSTITUTO

O TJPE investiu, no ano de 2010, em concurso para o cargo de Juiz Substituto. O processo de seleção teve como objetivo o preenchimento de 30 vagas, com a possibilidade de maiores provimentos durante a vigência do concurso.

O concurso foi composto de prova objetiva, prova discursiva, sentença cível, sentença criminal, prova oral, sindicância da vida pregressa e investigação social (inclusive com entrevista do candidato); exame de sanidade física e mental e exame psicotécnico - todas de caráter exclusivamente eliminatório.

4.2. CONCURSOS DO TJPE

Servidor

Em 2011, o Judiciário pernambucano organizou uma série de concursos, entre os quais o de servidor público. O certame, cujas provas foram aplicadas no dia 15 de janeiro de 2012, tem o objetivo de selecionar candidatos para os cargos de técnico (nível médio), analista (nível superior), e oficial de justiça (nível superior/formação em Direito). Os candidatos se inscreveram em 15 polos para concorrer as 203 vagas disponibilizadas pelo edital. O concurso teve 118.809 inscritos.

Juiz substituto

O concurso destinado ao preenchimento de 30 vagas de juiz substituto da 1ª Entrância, com atuação em comarcas onde o contingente populacional é reduzido foi promovido entre os meses de março e novembro, incluindo as provas objetivas, discursiva, apresentação de sentença cível e criminal, e prova oral.

Voluntário

O Tribunal promoveu um concurso para os cargos de advogado voluntário, assistente do serviço voluntário, assistente social voluntário, conciliador, mediador e psicólogo voluntário, concluído no mês de novembro.

4.3. PÓS-GRADUAÇÃO PARA SERVIDORES

No exercício de 2010, foram criadas condições para o enriquecimento da capacidade dos servidores em decorrência da regulamentação das diretrizes para realização de cursos de pós-graduação lato sensu. A proposta objetiva ampliar o conhecimento especializado do servidor sem prejudicar o cumprimento da missão institucional do Poder Judiciário.

Pela decisão, apenas são considerados cursos com duração máxima de dois anos e carga horária mínima de 360 horas-aulas. Assim, mestrados e doutorados, que compreendem programas de pós-graduação stricto sensu, não fazem parte deste programa. Os cursos devem ser oferecidos por instituições credenciadas pelo Ministério da Educação para atuarem nesse nível educacional e que, ao seu término, conferem certificado de especialista aos participantes.

A concessão de bolsas de pós-graduação atende à disponibilidade orçamentária do TJPE e os cursos pleiteados devem apresentar conteúdo correlacionado com as atividades de interesse da instituição. Além disso, deve haver compatibilidade entre o horário das aulas com o de expediente do servidor.



Sob a coordenação de Valéria Pragana, a Secretária de Gestão de Pessoas investiu em capacitação objetivando a modernização do serviço público

4.4. CAPACITAÇÕES

A proposta de modernização da gestão pública tem como foco a transparência, a profissionalização e o dever de prestar contas. Durante o exercício de 2010, foram promovidas capacitações de servidores através de contratações externas e instrutorias internas nos segmentos de Gestão de Pessoas, Gestão de Processos de Trabalho, Tecnologia da Informação e Excelência na Prestação de Serviço.

Os segmentos escolhidos para as capacitações visam a melhoria da prestação de serviço para sociedade e a melhoria do desempenho dos servidores nas suas atividades cotidianas.

Conforme se vê no quadro a seguir, foram realizadas 5.175 capacitações no exercício em análise.



Fonte: SETIC e COPLAN

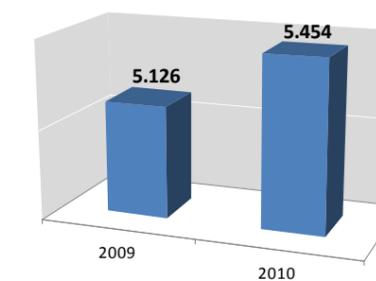
Capacitações	Por Contratações Internas	Por Contratações Externas	Total de Capacitações
Gestão de pessoas	315	598	913
Gestão de processos de trabalho	1226	674	1900
Tecnologia da Informação	1175	27	1202
Excelência na prestação de serviços	479	681	1160
Total	3195	1980	5175

4.5. RENOVAÇÃO

A capacidade produtiva e a qualidade na prestação dos serviços também foram tema de grande interesse durante a gestão em 2010. A partir da lista de classificados em concurso público realizado no ano de 2007, foram nomeados, no exercício findo, 805 novos candidatos entre analistas e técnicos das mais diversas áreas de conhecimento.

O número de ingressos, ou seja, aqueles que realmente tomaram posse e iniciaram suas atividades no exercício de 2010, foi de 588 servidores. E o aumento real de pessoal (admitidos – exonerados – óbitos - aposentados) em relação a 2009 foi de 368 servidores, o que representa um acréscimo de 6,4% no quadro funcional.

Servidores em exercício



Fonte: SGP

4.6. CUSOS E CAPACITAÇÕES - 2011

Curso para juízes leigos e conciliadores

Cursos de planejamento estratégico para magistrados

Curso sobre realização de audiência para juízes leigos e conciliadores

Curso de arquivo para servidores de varas da Infância e Juventude

Curso sobre certidão negativa de antecedentes online

Capacitação em medidas socioeducativas

Capacitação sobre contratos e convênios



Desembargador José Fernandes de Lemos recebe diploma do Mérito Judiciário do Tribunal Regional Eleitoral da 6ª Região, no dia 17 de maio de 2010



TJPE foi anfitrião do 84º Encontro do Colégio Permanente de Tribunais de Justiça do Brasil, nos dias 11 e 12 de agosto de 2010. As palestras do evento aconteceram no Salão Imperial do Hotel Golden Tulip Recife Palace, em Boa Viagem



Chefe do Judiciário recebeu Medalha do Pacificador no Comando Militar do Nordeste, no dia 26 de agosto de 2010. Na ocasião, foi comemorado o Dia do Soldado



Cerimônia de posse do desembargador Agenor Ferreira de Lima Filho, no dia 30 de agosto



Grupo formado por 14 jovens promotores do Ministério Público de Pernambuco visitou Presidência do TJPE, no dia 14 de agosto de 2010. A comissão foi liderada pela procuradora da Justiça Zulene Santana de Lima Noberto



Desembargador José Fernandes de Lemos



O TJPE instalou o Juizado da Fórmula Truck, em Caruaru, no dia 16 de maio de 2010. A coordenadora dos Juizados Especiais de Pernambuco, juíza Fernanda de Paula, recebeu o presidente do TJPE na unidade judiciária



Cerimônia do 189º aniversário do Tribunal de Justiça de Pernambuco, comemorado no dia 10 de agosto de 2011, na Blue Angel Recepções. Na ocasião, o chefe do Poder Judiciário pernambucano, desembargador José Fernandes de Lemos, falou do investimento na modernização do Judiciário durante o biênio 2010/2011

INAUGURAÇÕES,
CONSTRUÇÕES
E REFORMAS

5. Inaugurações, construções e reformas

5.1. CENTRALIZAÇÃO DOS JUIZADOS ESPECIAIS

A decisão pela centralização objetiva contribuir para redução de custos, aumento da produtividade e agilidade no trâmite dos processos, proporcionando um melhor atendimento à população. Com este objetivo, o TJPE resolveu investir na locação de um imóvel para integrar todas as unidades dos Juizados Especiais Cíveis do Recife (JEC's) - antes distribuídas em diversas localidades da capital.

A centralização dos Juizados Cíveis num único prédio vai representar uma relevante economia para o Judiciário, já que as unidades dos JEC's encontravam-se espalhadas em diferentes bairros do Recife, como Rosarinho (1º e 8º JECíveis); Afogados (2º e 9º JECíveis); Madalena (3º e 10º JECíveis e Juizados do Trânsito); Casa Amarela (4º e 10º JECíveis); Boa Vista (Juizado do Idoso); dentre outros. A centralização dos referidos Juizados significou uma redução considerável em custos com locação, água, energia, telefonia, segurança e transporte (funcionários terceirizados), além de uma melhor distribuição do quadro de pessoal do Tribunal.

Estima-se que o custo médio do funcionamento isolado de uma unidade dos Juizados era de R\$ 101.376,30 ao ano. Com a implantação da Central, houve uma redução de 25% nos custos de funcionamento de cada Juizado Especial, significando uma economia de aproximadamente R\$ 240 mil anuais para o TJPE.



ANTES

DEPOIS

Justiça célere, efetiva e acessível. A missão proposta pelo Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE), no Plano Estratégico Decenal da Instituição 2010 – 2019, apresenta mais uma garantia com a instalação do Fórum Desembargador Benildes de Souza no dia 10 de novembro de 2011. A centralização das atividades oferecidas pelos Juizados Especiais vai possibilitar a redução de custos do Tribunal, o aumento da produtividade e a agilidade na tramitação de processos. Toda essa mudança tem por objetivo uma melhor prestação de serviço para a sociedade. A nova estrutura judiciária funciona em um prédio com mais de 6.500 metros quadrados de área construída em pavimento térreo num dos principais endereços da cidade, na avenida Marechal Mascarenhas de Moraes, 1919, bairro da Imbiribeira. No Fórum, passam a funcionar a Coordenação dos Juizados, o Colégio Recursal, a Central de Distribuição de Queixas, quatro Juizados da Fazenda Pública e 25 Juizados Especiais.

O trâmite eletrônico dos processos nos Juizados Especiais permitirá a realização de todas as fases da movimentação processual via internet e o acesso das partes aos autos de uma ação de forma segura. Mas, para ter acesso à ferramenta, os advogados devem procurar a Ordem dos Advogados do Brasil e solicitar um certificado de identificação digital, pois, apenas com esse documento, eles utilizarão o PJe. A expectativa é de que, em cinco anos, todos os novos processos do TJPE sejam movimentados por meio eletrônico.

5.2. NOVOS FÓRUNS

Após a tragédia que assolou as cidades destruídas pela enchente, no interior do Estado, em 2010, o Tribunal de Justiça de Pernambuco tomou uma série de medidas com o objetivo de amenizar as dificuldades enfrentadas pelos magistrados, servidores e jurisdicionados das comarcas atingidas pelas águas.

Entre as medidas mais relevantes, estão a suspensão dos prazos processuais, a transferência de algumas unidades judiciárias para prédios seguros, bem como o adiantamento da 2ª parcela do décimo terceiro salário para os servidores e magistrados lotados nas comarcas declaradas em situação de emergência ou de calamidade pública.

Válido é ressaltar que a Justiça pernambucana está empenhada na construção da nova sede dos Fóruns de Palmares e de Cortês em terrenos cedidos pelo Governo do Estado. Tratando-se de uma situação de emergência, não houve processo licitatório. As edificações têm a finalidade de desenvolver um Pólo Jurídico na Zona da Mata Sul do Estado.

O Tribunal de Justiça de Pernambuco inaugurou, ainda no ano de 2010, três novos fóruns judiciais construídos nas Comarcas de Serrita, Caetés e Carnaíba. As novas sedes beneficiam mais de 63 mil pessoas, as quais terão acesso às novas instalações.

5.3. AMPLIAÇÃO DO ATENDIMENTO

O Tribunal de Justiça de Pernambuco instalou no ano de 2010 seis novas varas no Estado. Foram instaladas quatro varas criminais, uma vara de família e uma vara de proteção à mulher. As comarcas contempladas com as novas unidades foram Arcoverde, Gravatá, Paudalho, Santa Cruz do Capibaribe, Garanhuns e Recife. Somente no interior as novas varas irão favorecer mais de duzentas mil pessoas.

A instalação da vara regional dará celeridade ao andamento dos processos relativos à execução das penas



5.4. CARUARU RECEBE 3ª VARA REGIONAL DE EXECUÇÃO PENAL

O Judiciário estadual instalou a 3ª Vara Regional de Execução Penal (3ª VREP) em Caruaru, no dia 8 de julho de 2011. A cerimônia de oficialização da nova unidade judiciária aconteceu no Fórum Juiz Demóstenes Batista Veras, situado no bairro Maurício de Nassau. A instalação da vara regional dará celeridade ao andamento dos processos relativos à execução das penas e aproximará a justiça pernambucana dos reeducandos, seus familiares e advogados.

5.5. 2º JUIZADO CÍVEL DE JABOATÃO MUDA DE ENDEREÇO

As novas instalações do 2º Juizado Especial Cível de Jaboatão dos Guararapes foram inauguradas no dia 2 de fevereiro de 2011. A solenidade contou com a presença do presidente do Tribunal de Justiça de Pernambuco, desembargador José Fernandes de Lemos, e da presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região (TRT-6), desembargadora Eneida Melo, além de juizes, advogados e servidores da Justiça. A unidade, localizada na Rua Arão Lins de Andrade, 182, em Piedade, passou a funcionar no pavimento térreo de um espaço cedido pelo TRT-6. A confirmação do termo de cessão de uso do imóvel foi assinada pelo presidente do TJPE e pela presidente do TRT-6 durante a solenidade de inauguração. O local dispõe de 340 m2 e abriga três salas de audiência, sala para registro de queixas, sala para a Ordem dos Advogados do Brasil, para a Defensoria Pública, recepção, secretaria e arquivo geral. O terreno do imóvel ainda conta com estacionamento para 16 veículos, além de vagas para magistrados, uma vaga especial e lugar para motos e bicicletas, em uma área total de 1200 m2.



A solenidade de inauguração do Juizado contou com a presença do desembargador José Fernandes, e da presidente do TRT6, desembargadora Eneida Melo



Os presidentes e desembargadores Caio Alencar (TJRN), Marilza Maynard Salgado de Carvalho (TJSE), Marcos Favre (TJR) e José Fernandes de Lemos (TJPE) fazem parte da Comissão Executiva do 84º Encontro Nacional de Presidentes de Tribunais de Justiça, em agosto de 2010



Em maio de 2010, Chefe do Poder Judiciário marca presença na inauguração do Juizado da Fórmula Truck, no Autódromo Internacional Ayrton Senna, em Caruaru



Reunião do comitê gestor do TJPE, criado por uma portaria assinada pelo desembargador José Fernandes, em maio de 2010, para a implantação do Processo Judicial Eletrônico no Tribunal



Presidente do TJPE assinou convênio juntamente com Governo do Estado e Ministério Público no combate ao consumo e tráfico de drogas nas escolas públicas, no dia 26 de maio de 2010. Na ocasião, o Judiciário implantou o Projeto Escola Legal, que passou a fazer parte do Plano de Ações Sociais Integradas de Enfrentamento ao Crack, lançado pelo governador Eduardo Campos.



Durante a atuação do Juizado do Torcedor no Campeonato Pernambucano de 2010, o presidente do TJPE entrega o troféu ao time campeão do torneio Sport Clube do Recife

5.6. HISTÓRIA - ACERVO PROCESSUAL DE PALMARES ESTÁ SENDO RECUPERADO

Mais de cinco mil processos danificados durante as enchentes na cidade de Palmares, Zona da Mata Sul do Estado, em 2010, estão sendo recuperados pelo Tribunal de Justiça de Pernambuco. Sob a coordenação do restaurador Eutrópio Pereira Bezerra, o trabalho foi iniciado em 1º de novembro de 2010 e abrange a recuperação, a preservação e a conservação dos documentos. Até o momento, foram restaurados aproximadamente 1.600 processos cíveis. A iniciativa faz parte do Programa de Preservação e Conservação dos Processos das Varas Cíveis e Criminais de Palmares. As atividades estão sendo acompanhadas pela Diretoria de Documentação (Didoc) e pelo Arquivo Geral do TJPE e têm previsão de durar 15 meses.

5.7. TJPE INAUGURA 1º JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA

O 1º Juizado Especial da Fazenda Pública foi inaugurado no dia 22 de dezembro de 2011. A solenidade ocorreu no térreo do Fórum Desembargador Benildes de Souza Ribeiro, bairro da Imbiribeira, no Recife. A nova unidade judiciária funciona das 13h às 19h, para atendimento ao público e advogados, realização de audiências e recebimento de queixas. O órgão é responsável por julgar causas cíveis no valor de até 60 salários mínimos contra o Estado e o município do Recife. Questionar cobranças indevidas, protestar contra lançamentos fiscais – a exemplo do Imposto Predial Territorial Urbano (IPTU), ou defender a anulação de multas de trânsito, de forma rápida e objetiva, são algumas das competências do novo juizado. Ações previdenciárias ou indenizatórias, além de questões relacionadas ao fornecimento de medicamentos e outros insumos de saúde também são matérias de competência do novo órgão. O juiz José Marcelon Luiz e Silva é o responsável pelo 1º Juizado da Fazenda Pública. O magistrado é auxiliado por uma equipe composta de cinco servidores do Tribunal.

A juíza coordenadora Fernanda de Paula, o presidente José Fernandes e o desembargador Jovaldo Nunes durante a solenidade



O arquivo foi criado para abrigar todos os processos das varas da Infância e Juventude da Capital e também as ações de adoção e correlatas das varas da Região Metropolitana e Interior

Os juízes Hauler dos Santos e Inês de Albuquerque participaram do descerramento da placa de instalação da nova unidade



5.8. TJPE INAUGURA ARQUIVO DA INFÂNCIA E JUVENTUDE DO PODER JUDICIÁRIO

O Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE) inaugurou, no dia 26 de janeiro de 2012, o Arquivo da Infância e Juventude do Poder Judiciário. O prédio recebeu o nome de “Edifício Armando de Barros Figueirêdo”. O evento aconteceu no Centro Integrado da Criança e do Adolescente (Cica), localizado na Rua Fernandes Vieira, 405, bairro da Boa Vista. O arquivo foi criado para abrigar todos os processos das varas da Infância e Juventude da Capital e também as ações de adoção e correlatas das varas da Região Metropolitana e Interior, que são remetidos inicialmente para digitalização e posterior arquivamento. Os processos das varas da Infância e Juventude da Capital ocupavam, antes, sete salas do Cica, o que dificultava tanto o acesso como a conservação e digitalização.

5.9. JABOATÃO PASSA A CONTAR COM NOVA VARA DO TRIBUNAL DO JÚRI

A 2ª Vara do Tribunal do Júri de Jaboatão dos Guararapes foi instalada no dia 25 de janeiro de 2012. A nova unidade já começa a funcionar com mais de mil processos, redistribuídos do acervo da 1ª Vara do Tribunal do Júri da comarca. A solenidade de instalação contou com a presença do presidente do Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE), desembargador José Fernandes de Lemos. A 2ª Vara foi criada pela Lei Complementar nº 163, de 17 de dezembro de 2010, sendo incluída no Código de Organização Judiciária de Pernambuco (Lei Complementar nº 100, de 21 de dezembro de 2007). A nova vara ficará responsável por ações que tratam de crimes contra a vida, como homicídio doloso, infanticídio, aborto e induzimento, instigação e auxílio ao suicídio.

5.10. CONSTRUÇÕES

Construções e reformas em diversas unidades jurisdicionais do estado marcam o biênio 2010/2011 como um período de mudanças. Só em 2010, de acordo com a Diretoria de engenharia e Arquitetura (Dea) do Tribunal de Justiça de Pernambuco, 16 obras, entre instalações, reformas e construções de Fóruns foram iniciadas, dentre elas a construção do Fórum de São José da Coroa Grande. Já em 2011, mais 44 novas obras foram implementadas.

Cinco novos fóruns entregues a sociedade demonstram o interesse do Judiciário estadual em oferecer melhores dependências para os usuários, servidores e magistrados. Em março, os municípios de Caetés e Carnaíba receberam novas unidades jurisdicionais. Somente em Caetés, mais de 800 mil reais foram investidos para a construção do Fórum. Assim como municípios acima, Cortês, São José da Coroa Grande e Serrita também receberam novas unidades jurisdicionais. Já as obras em Jaboatão dos Guararapes, Palmares, Afogados da Ingazeira, Santa Cruz do Capibaribe e a nova sede da Escola Superior de Magistratura (Esmape) estão em andamento. Um investimento total de, aproximadamente, 40 milhões de reais.

1 - Conclusão da construção do Fórum de Serrita



2 - Instalação e reforma da instalação provisória do Fórum da Comarca de Cupira



3 - Construção do Fórum da Comarca de Caetés



4 - Construção do Fórum da Comarca de Carnaíba



5 - Reforma Fórum de Gravata



6 - Reforma na Residência Oficial de Caruaru



9 - Reforma do Centro Integrado



10 - Construção do Fórum de São José da Coroa Grande



72

7 - Construção do Fórum de Cortês



8 - Construção do Fórum de Palmares



11 - Reforma das instalações do Centro Integrado da Criança e do Adolescente (Cica)



12 - Reforma do Fórum da Comarca de Afogados da Ingazeira



73

13 - Reforma do Fórum de Toritama



14 - Reforma do Fórum de Itaquitanga



17 - Reforma nas instalações do Fórum de Itaíba



18 - Início da construção do Fórum de Jaboatão dos Guararapes



74

75



15 - Construção do Fórum de Afogados da Ingazeira



16 - Construção do Fórum de Santa Cruz do Capibaribe



19 - Construção da nova sede da Esmape



20 - Reforma do Fórum da Comarca de Petrolina

21 - Reforma do Fórum da Comarca de Sertânia



22 - Reforma e instalação da Central dos Juizados Especiais do Recife



23 - Reforma do Fórum da Comarca de Triunfo





O desembargador Itabira de Brito (à esquerda) durante solenidade de integração ao Tribunal Pleno do TJPE, em dezembro de 2010



Desembargador José Fernandes de Lemos, acompanhado dos desembargadores Agenor Ferreira e Eurico Barros, recebe ministro português, em março de 2011



O desembargador José Fernandes de Lemos, recebeu o prefeito em exercício do Recife, Milton Coelho, em novembro de 2010, para debater sobre a construção do Pólo Jurídico de Recife



Numa reunião com magistrados no gabinete da Presidência do TJPE, o presidente da OAB-PE, Henrique Mariano, discutiu, no dia 24 de novembro de 2010, propostas de mudanças para uma maior produtividade entre advogados e o Judiciário estadual



O presidente do TJPE recebeu o diploma de mérito José Mariano na Câmara dos Vereadores do Recife, no dia 26 de novembro de 2010



O presidente do TJPE, acompanhado do desembargador Fernando Cerqueira, recebeu a magistrada norte-americana no Salão Nobre do Palácio da Justiça, em novembro de 2010

CONVÊNÍOS,
PARCERIAS
E PROJETOS

6. Convênios, parcerias e projetos

6.1. CONVÊNIO COM ÓRGÃOS FEDERAIS

Com a finalidade de colocar em prática a Justiça Integrada em Pernambuco, o TJPE firmou convênio com o Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região, o Tribunal Regional Federal da 5ª Região, o Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco e a Procuradoria Regional do Trabalho da 6ª Região.

Dessa forma, a integração e o compartilhamento de estruturas entre os tribunais, e os diversos ramos do Judiciário, vão nortear as ações da Justiça brasileira, como prevê a Recomendação nº 28, aprovada pelo Conselho Nacional de Justiça. A referida recomendação tem o objetivo de incentivar a implantação do Programa Justiça Integrada em todos os órgãos do Poder Judiciário.

O programa consiste no uso comum de espaço público, equipamentos e ferramentas tecnológicas de forma a promover um auxílio mútuo entre os tribunais, para otimizar as despesas e prestar um melhor serviço à sociedade.

6.2. PROJETO ESCOLA LEGAL

O Projeto Escola Legal é fruto de um convênio firmado entre o Poder Judiciário estadual, o Governo do Estado e o Ministério Público de Pernambuco. O foco inicial de atuação é as escolas da rede pública estadual, tendo como base uma pesquisa realizada pela Secretaria Estadual de Educação sobre os alarmantes níveis de violência nas escolas.

A ideia consiste na criação de um Comitê de Mediação de Conflitos em cada escola, o qual atua sobre as ocorrências de menor potencial ofensivo, utilizando-se de técnicas de mediação de conflitos. Os escolhidos são devidamente capacitados por instituições de ensino superior conveniadas com o TJPE e a Escola Superior da Magistratura de Pernambuco (Esmape). O convênio firmado com o Executivo estadual conta com a participação das secretarias de Educação, Defesa Social, Saúde, Desenvolvimento Social e da Criança e do Adolescente.

Cerca de 40 escolas estaduais de cinco municípios e 17 escolas municipais de Petrolina e Caruaru já fazem parte do Escola Legal, mas a intenção é expandir a iniciativa para novas instituições.

6.3. ADOÇÃO EM DESTAQUE

Atento às mudanças estabelecidas na Lei nº 12.010/2009 (Nova Lei de Adoção), o TJPE - em parceria com a Esmape - instituiu o Projeto Jornadas Pernambucanas dos Direitos da Infância e Juventude. O projeto em questão não apenas capacitou os pretendentes à adoção, como também treinou os servidores das Varas da Infância e Juventude quanto às atualizações legais e uso do Cadastro Nacional de Crianças e Adolescentes Acolhidos (CNA). No total, 212 pretendentes capacitados e 145 servidores foram treinados nas comarcas da capital e interior.

Presidente José Fernandes, desembargador Luiz Carlos Figueiredo e o juiz Humberto Vasconcelos

Digitalização

Outro destaque da Nova Lei de Adoção garante ao adotado o direito de acesso irrestrito ao processo no qual a medida judicial foi aplicada, exigindo a preservação dos processos de adoção nas varas da Infância e Juventude. Assim para cumprir com esta determinação legal, o TJPE, através do Centro Integrado da Criança e do Adolescente (Cica), iniciou a digitalização de todos os processos julgados desde 1990. O trabalho de digitalização dos processos foi apresentado no dia 16 de março de 2011. Com essa iniciativa, os filhos adotados e seus familiares serão beneficiados com a facilidade de acesso às ações, garantindo aos envolvidos o direito de conhecer sua origem biológica. O trabalho é feito com a ajuda de um software desenvolvido em parceria com a Universidade Federal de Pernambuco. O intuito do TJPE é repassar o modelo de software para outros Estados da Federação, objetivando agilizar esse levantamento. A digitalização dos processos também atende as determinações da Instrução Normativa nº 3/2009, da Corregedoria Nacional de Justiça, órgão do Conselho Nacional de Justiça.



O programa Escola Legal sendo apresentado numa escola do município de Petrolina em maio de 2011



Cartilha

Com o objetivo de divulgar os caminhos legais da adoção no Brasil, o TJPE lançou a cartilha “Adoção em quadrinhos”, no dia 13 de outubro de 2010. Além de fornecer informações sobre os procedimentos legais necessários à realização das adoções nacionais e internacionais, a publicação contém sugestões para consultas de endereços e telefones de órgãos que atuam com a matéria relativa à criança e ao adolescente. Ao todo são 54 páginas, sendo 14 delas ilustradas e dedicadas aos quadrinhos. Os exemplares têm sido distribuídos em todas as comarcas do Estado, em hospitais e postos de saúde, escolas públicas e privadas, órgãos internacionais que lidam com a adoção de pretendentes residentes e domiciliados fora do Brasil, e outros órgãos que desenvolvam trabalhos em prol da criança e do adolescente.

Mãe Legal

Outro projeto desenvolvido pelo TJPE em atenção às exigências da Nova Lei de Adoção é o Programa Mãe Legal. A proposta consiste em um serviço de apoio jurídico, social e psicólogo às gestantes ou mães que manifestem interesse em não criar seus filhos, identificando os problemas inerentes a cada caso e procurando a melhor solução tanto para as mães quanto para as crianças. O projeto funciona em parceria com a Secretaria de Saúde, com a orientação de profissionais de diversas áreas (que atuam em oito maternidades municipais e estaduais) sobre a necessidade de levar ao Poder Judiciário mulheres que expressem o desejo, antes ou após o parto, de não criar o filho.

Ficou constatado que após receber o apoio da equipe do Judiciário, formada por juízes, curadores, psicólogos e assistentes sociais, a grande maioria das mulheres desiste da ideia de entregar o filho à adoção. A iniciativa atende a uma determinação do Esta-tuto da Criança e do Adolescente, o qual afirma que a manutenção ou reintegração da criança ou do adolescente à sua família de origem, terá preferência em relação a qualquer outra providência.

A capacitação do programa acontece através da promoção de oficinas nas unidades de saúde e entrega de material informativo como folders e manuais.

Através de uma parceria realizada entre o TJPE e a Prefeitura do Recife, no dia 18 de março de 2011, o Programa Mãe Legal foi ampliado em Pernambuco. O convênio foi firmado durante o lançamento do Programa na Policlínica e Maternidade Professor Barros Lima, em Casa Amarela. A expansão do programa a partir da assinatura do convênio está sendo conquistada através do treinamento das equipes de profissionais do Programa Saúde da Família (PSF), formadas por médicos, enfermeiros, auxiliares de enfermagem e agentes comunitários de saúde.

6.4. PROGRAMA DE CONSCIENTIZAÇÃO AMBIENTAL

Atualmente, as instituições públicas sentem-se desafiadas a buscar eficiência no trato do patrimônio público e dos recursos naturais. Neste sentido, o TJPE vem assegurando a continuidade das políticas e práticas socialmente responsáveis propostas por seu programa de conscientização ambiental, denominado Programa de Sustentabilidade Legal. O programa visa à formação e recuperação de um ambiente ecologicamente equilibrado, além da conscientização dos magistrados e servidores sobre a efetiva necessidade de proteção ao meio ambiente.

Com enfoque no compromisso social e respeito aos limites ecológicos do planeta, o programa Sustentabilidade Legal do TJPE é representado por um comitê formado por servidores e magistrados. O grupo investe em ações como campanhas de conscientização e educação; elaboração de instrumentos de comunicação, contendo dicas de hábitos ambientalmente corretos, além de normas internas de racionalização do uso de matérias primas; implantação da coleta seletiva nos prédios do Poder Judiciário.

A promoção de feiras de orgânicos é uma das atividades do TJPE com vistas à conscientização ambiental



II Semana do meio ambiente

Em comemoração ao Dia do Meio Ambiente, o TJPE organizou a II Semana do Meio Ambiente. Durante os cinco dias do evento, foram realizados cursos, palestras, exposições, feiras, passeios, oficinas e mostra de vídeos.

No ano de 2010, o evento foi descentralizado. Em parceria com os Juizados Especiais e a Associação dos Cônjuges dos Magistrados de Pernambuco, foram promovidas atividades nos Fóruns Paula Batista, Thomaz de Aquino e Rodolfo Aureliano e no Centro Integrado de Cidadania. Realizar a Semana de forma descentralizada permitiu uma maior presença do público e garantiu o sucesso das ações. Houve uma maior participação de servidores, magistrados e usuários do TJPE.

Feira de Orgânicos

Outra atividade do TJPE efetuada com vistas à conscientização da sociedade para a temática ambiental foi a realização da Feira de Produtos Orgânicos. Agricultores de Feira Nova, Vitória de Santo Antão e Glória de Goitá, interior do Estado, expuseram seus produtos em estandes em frente ao Fórum Paula Batista, onde atenderam os consumidores.



Os desembargadores José Fernandes de Lemos e Frederico Neves, em 17 de novembro de 2010, diante da maquete do futuro Pólo Jurídico do Recife, no gabinete da Presidência



O desembargador José Fernandes de Lemos recebeu a visita da equipe de Diretoria de Saúde do TJPE no gabinete da Presidência, em maio de 2011



Em fevereiro de 2011, o desembargador José Fernandes de Lemos, recebeu no gabinete da Presidência, um grupo de magistrados com o objetivo de discutir medidas para otimizar a fiscalização nas varas da Infância e Juventude



Durante a inauguração da 10ª Câmara de Conciliação, Mediação e Arbitragem, na Faculdade de Ciências Aplicadas de Petrolina (Facape), os desembargadores José Fernandes e Leopoldo Raposo, em maio de 2011



O presidente do Judiciário estadual, desembargador José Fernandes de Lemos



O desembargador José Fernandes de Lemos, em reunião com o secretário de Saúde do Estado, Antônio Figueira, em maio de 2011, para debater a implantação do Núcleo de Assistência Técnica da Saúde (NATS)



Em viagem pelo Brasil, em outubro de 2010, o juiz Dallin Oaks aproveitou a oportunidade para conhecer o Judiciário pernambucano

6.5. PROGRAMAS JUSTIÇA E CIDADANIA E ESCOLA LEGAL - Judiciário investe no combate à violência nas escolas

Garantir cidadania à comunidade estudantil, combatendo o consumo de drogas, a agressividade, o bullying, a evasão e a indisciplina escolar, dentre outros conflitos. Esse é o objetivo do programa Justiça e Cidadania, desenvolvido pela Vara da Infância e Juventude de Petrolina, que através de uma equipe multidisciplinar atua em escolas da capital, Região Metropolitana e interior do Estado, realizando palestras e atendimentos personalizados para cada tipo de problema. A expansão do Justiça e Cidadania nos municípios marcou a execução do programa em 2011.

Para viabilizar a repressão dos autores de conflitos identificados no ambiente escolar, os municípios têm lançado uma iniciativa com o lema “Com justiça e cidadania a escola fica legal”. O projeto consiste numa parceria entre os programas Justiça e Cidadania e o Escola Legal. Atualmente, o programa está implantado em várias comarcas pernambucanas, dentre elas Caruaru, Pesqueira, Vitória de Santo Antão, Garanhuns, Araripina e Petrolina.

6.6. JETEP - Juizado do Torcedor

A Lei Complementar número 163, de 17 de dezembro de 2010, de iniciativa da Justiça estadual, foi colocada em prática pela primeira vez na abertura do Pernambucano 2011 de Futebol. Com ela, o Jetep passou a ter plena competência cível e criminal para processar e julgar crimes de maior potencial ofensivo que vierem a ser praticados nos estádios, e no entorno deles, além daqueles de menor complexidade já atendidos. A mudança atende à Lei Federal 12.299/2010, que modificou o Estatuto do Torcedor. Com as mudanças, a competência cível, que apenas abrangia direitos individuais do torcedor-consumidor, passou a compreender ações coletivas na defesa de condições de conforto, segurança e higiene nos estádios, por exemplo. No plano criminal, as possibilidades de se combater a violência foram ampliadas, uma vez que os crimes de maior potencial ofensivo, como lesão grave, dano qualificado, tumulto, atos de violência e cambismo, recebem um tratamento especializado. As mudanças também possibilitaram a abertura de inquérito policial, a decretação de prisão preventiva ou temporária, além do julgamento de habeas corpus, ferramentas utilizadas apenas em casos extremos.

Na gestão do juiz Ailton Alfredo, o Juizado do Torcedor passou a ter plena competência cível e criminal para processar e julgar crimes de maior potencial ofensivo



A coordenadora do ProEndividados, Kilza Maranhão, revela que a adesão das empresas ao programa tem facilitado muito a negociação com os consumidores

6.7. PROENDIVIDADOS

Lançado no fim de abril de 2011, através de um convênio entre o Tribunal de Justiça de Pernambuco e a Escola Superior da Magistratura (Esmape), o programa ProEndividados tem como objetivo executar e desenvolver ações que promovam o tratamento, acompanhamento e a resolução amigável de conflitos entre devedores e credores. O sucesso da iniciativa e o boca a boca sobre o programa fazem com que mais pessoas procurem o ProEndividados a cada dia. O programa, agora, conta com site no portal do Tribunal. A iniciativa é da Coordenadoria Geral das Centrais de Conciliação, Mediação e Arbitragem. Na internet, o interessado em organizar sua vida financeira, e sair do círculo vicioso do consumismo irresponsável, pode registrar sua adesão ao programa, sem necessidade de se deslocar para o Fórum Thomaz de Aquino Cyrillo Wanderley, no 3º andar, onde atua a equipe de atendimento do ProEndividados.

O primeiro encontro do projeto Escola para Pais ocorreu no dia 19 de agosto de 2011, no auditório Oscar Pereira, no Centro Integrado da Infância e da Juventude



6.8. ESCOLA PARA PAIS

A 1ª Vara dos Crimes Contra a Criança e o Adolescente da Capital iniciou no dia 19 de agosto a versão 2011 do projeto Escola para Pais - Responsabilização e Educação dos Agressores no auditório Oscar Pereira do Centro Integrado da Infância e da Juventude, localizado na Rua João Fernandes Vieira, Boa Vista. As ações do projeto são realizadas pelo juiz José Renato Bizerra, titular da 1ª Vara, e pelos servidores do Criar – Centro de Referência Interprofissional na Atenção a Crianças e Adolescentes Vítimas de Violência da Capital, setor interprofissional das 1ª e 2ª Varas dos Crimes Contra a Criança e o Adolescente. O projeto promove a inclusão social de famílias de baixa renda com crianças e adolescentes com histórico de violência familiar e evasão escolar, por meio de atividades educativas que visam à mudança de comportamento dos pais agressores. Nesta nova edição, o Escola para Pais realizou dez encontros com 100 famílias em situação de vulnerabilidade social, encaminhadas pelos programas municipais Escola que Protege e Bolsa Escola. Foram ministradas palestras com temas para auxiliar os pais a entenderem o fenômeno da violência, os direitos da criança e do adolescente e a educar os filhos sem o uso de violências.

6.9. DIAGNÓSTICO DE IMAGEM - TJPE contrata diagnóstico de imagem

O Tribunal de Justiça de Pernambuco contratou em fevereiro de 2011 uma agência de comunicação, denominada Oficina da Palavra, sediada em Brasília, com o objetivo de identificar os principais problemas no Judiciário pernambucano. A agência aplicou um questionário para cerca de 300 servidores, 150 magistrados e 200 cidadãos sobre os serviços oferecidos pelo Tribunal, além da qualidade de atendimento, condições de trabalho, dentre outros temas. O trabalho busca apresentar soluções na área de comunicação voltadas para a melhoria da prestação do serviço pelo Judiciário e o fortalecimento de imagem da instituição no Estado.

6.10. PROGRAMA SAÚDE LEGAL

O programa Odonto Legal, que procura tratar da saúde bucal dos servidores do Judiciário pernambucano através de ações preventivas e educativas, foi implementado em 2011. A iniciativa foi da Gerência Odontológica da Diretoria de Saúde, órgão ligado a Secretaria de Gestão de Pessoas do TJPE. Basicamente, o Odonto Legal, que integra o Programa Saúde Legal, tem duas frentes de trabalho. A primeira diz respeito a promoção de ações para a prevenção e combate ao câncer de boca. A outra frente é destinada à prática de medidas voltadas à atenção de saúde bucal de grupos priorizados. O foco é o atendimento odontológico de pacientes dos grupos de risco. Outro programa implementado pelo Tribunal em 2011 foi o Saúde Cardiovascular, que também integra o Programa Saúde Legal. O projeto tem como meta determinar, de forma continuada, características epidemiológicas e clínicas relacionadas ao trabalho dos colaboradores ativos lotados nos quatro fóruns da capital, para fins de diagnóstico e prevenção de alguns fatores de riscos associados às doenças cardiovasculares.

Durante uma visita ao gabinete da Presidência do TJPE, a equipe do Odonto Legal apresentou o programa ao desembargador José Fernandes de Lemos



O TJPE firmou convênio de cooperação técnica com o Espaço Família para o encaminhamento de partes que tenham procedimentos de difícil resolução



6.11. TJPE ASSINA CONVÊNIO PARA ATENDIMENTO DE CONFLITOS FAMILIARES COMPLEXOS

Casos de conflitos familiares mais complexos que tramitem nas Centrais e Câmaras de Conciliação, Mediação e Arbitragem do Recife e de Olinda passaram a receber um atendimento especial. No dia 22 de setembro de 2011, o Tribunal de Justiça de Pernambuco assinou um convênio de cooperação técnica com o Espaço Família – Serviços Jurídicos e Terapêuticos para o encaminhamento de partes que tenham procedimentos de difícil resolução sujeitos à mediação. Os casos enviados serão atendidos por uma equipe multidisciplinar, formada por psicólogos, advogados e assistentes sociais com formação em mediação de conflitos, que ficará responsável por restaurar as relações de estima, afeto e apreço entre as partes.

6.12. NÚCLEO DE PROTEÇÃO AOS DIREITOS DA INFÂNCIA E JUVENTUDE

O Núcleo de Proteção aos Direitos da Infância e Juventude (Nudji), vinculado à Vara Regional da Infância e Juventude da 1ª Circunscrição do TJPE, apresentou na Câmara de Vereadores do Recife, no dia 14 de novembro de 2011, as ações de fiscalização desenvolvidas pelo órgão no cumprimento de medidas de proteção às crianças e aos adolescentes no Estado. As fiscalizações aconteceram em casas de shows, bares e restaurantes, shoppings centers, cinemas, teatros, espetáculos circenses, lan houses, estádios de futebol, vias públicas, casas de prostituição, e academias de ginástica, entre outros locais. O trabalho apontou o abuso do uso do álcool e outras drogas por crianças e adolescentes nos estabelecimentos fiscalizados.

O Nudji também apresentou durante um evento realizado no dia 23 de novembro de 2011, no Centro Educacional Paulo Freire, o resultado das fiscalizações realizadas nos estabelecimentos noturnos do Recife e Região Metropolitana. O encontro reuniu representantes da Secretaria de Defesa Social, do Ministério Público de Pernambuco, das polícias Civil e Militar do Estado, da Gerência de Polícia da Criança e do Adolescente, que integram a Rede de Proteção dos Direitos da Infância e Juventude no Estado, e cerca de 400 proprietários de estabelecimentos que comercializam bebidas alcoólicas. No ano passado, 200 estabelecimentos foram autuados por permitirem a entrada de crianças e adolescentes sem a devida autorização dos pais, ou por deixarem que as mesmas consumissem bebidas alcoólicas dentro do local.

Outro encontro relevante, promovido pelo Núcleo, aconteceu no dia 23 de agosto de 2011, no auditório Centro Educacional Professor Paulo Freire. O evento reuniu cerca de 400 representantes de academias de Recife, Olinda, Jaboatão dos Guararapes, além de membros da Rede de Proteção às Crianças e Adolescentes. Durante o evento ocorreu ainda a apresentação da Portaria Nº 6/2011 do TJPE. O referido documento, de autoria da Vara Regional da Infância e Juventude da 1ª Circunscrição Judiciária, disciplina a entrada e permanência de crianças e adolescentes em

academias, clubes desportivos ou recreativos que ministrem atividades de ginástica, musculação, artes marciais, esportes e demais atividades físico-desportivas ou similares.



A abertura do Encontro da Rede de Proteção aos Direitos da Infância e Juventude nas Academias, no dia 23 de agosto, foi feita pelo juiz Paulo Brandão



Através do acordo firmado com o CNJ, o Judiciário estadual vai desenvolver um sistema para gravação em áudio e vídeo de audiências judiciais

TJPE FIRMA CONVÊNIO COM CNJ PARA DESENVOLVER SISTEMA DE GRAVAÇÃO DE AUDIÊNCIAS

O presidente do Tribunal de Justiça de Pernambuco, desembargador José Fernandes de Lemos, assinou, no dia 14 de junho de 2011, um convênio de cooperação técnica com o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), representado pelo ministro Cezar Peluso. Através do acordo, o Poder Judiciário pernambucano vai desenvolver um sistema para gravação em áudio e vídeo e de indexação de audiências judiciais, conforme requisitos aprovados pelo Comitê Gestor do Processo Judicial eletrônico (PJe) do CNJ. Dentre os objetivos do convênio, está o de fazer com que o Tribunal detenha o conhecimento da tecnologia utilizada no processo eletrônico, evitando assim que o Judiciário tenha que comprar licenças de software ao aderir ao sistema. No termo, o TJPE se compromete ainda a expandir o PJe, instalando-o nos Juizados Especiais Cíveis da Comarca de Recife, e no Colégio Recursal dos Juizados Especiais Cíveis da Capital até dezembro de 2011.



A solenidade de instalação do Fórum de Ipojuca, no dia 16 de fevereiro de 2011, contou com a presença dos desembargadores do TJPE José Fernandes de Lemos e Leopoldo Raposo



O presidente do Judiciário estadual, desembargador José Fernandes de Lemos em inauguração de mais uma obra realizada durante sua gestão



O desembargador José Fernandes de Lemos, com a primeira presidente da Acmepe, Ana Loyo, e atual presidente do órgão, Juliana Lemos, durante a celebração do aniversário de 189 anos do TJPE, em agosto de 2010



Em reunião com o secretário de articulação social e regional estadual, Sileno Guedes, o chefe do Judiciário estadual, desembargador José Fernandes, assinou convênio em 3 de junho de 2011, para otimizar o trabalho da Ouvidoria



A equipe do Centro Integrado da Infância e da Juventude (Cica) e o desembargador José Fernandes durante apresentação do trabalho de digitalização dos processos de adoção, em março de 2011



Em uma cerimônia, no gabinete da Presidência do TJPE, em novembro de 2010, houve a entrega de livros arrecadados pela Acmepe para a Biblioteca de Palmares destruída pelas enchentes



Em viagem pelo Brasil, em outubro de 2010, o juiz Dallin Oaks aproveitou a oportunidade para conhecer o Judiciário pernambucano

6.14. JUDICIÁRIO ESTADUAL FIRMA CONVÊNIO COM CONDEPE/FIDEM

Um convênio de cooperação técnica para estabelecer redes de pesquisa visando à integração de ações em áreas de interesse comum foi firmado entre o TJPE e a Agência Estadual de Planejamento e Pesquisas de Pernambuco. O documento foi assinado pelo chefe do Judiciário estadual, desembargador José Fernandes de Lemos, pelo presidente da Condepe/Fidem, Antônio Alexandre da Silva, e pelo diretor executivo da DEPE, Maurílio Soares de Lima, no dia 8 de setembro de 2011. O convênio busca ainda estruturar os processos que dão origem à demanda de serviços do Poder Judiciário estadual e avaliar os reflexos da prestação jurisdicional do Tribunal na economia de Pernambuco.



Parceria busca estabelecer redes de pesquisa visando à integração de ações em áreas de interesse comum

O TJPE e a Secretaria de Saúde do Estado estabeleceram convênio que permitirá a criação do Núcleo de Assessoria Técnica em Saúde (Nats)

6.15. TRIBUNAL E SECRETARIA DE SAÚDE DO ESTADO ASSINAM CONVÊNIO

Ações referentes a fornecimento de medicamentos, insumos para saúde, exames diagnósticos, tratamentos médicos e insumos nutricionais que tramitem nas varas da Fazenda Pública da capital vão contar com o suporte de técnicos da Secretaria Estadual de Saúde (SES). O presidente do Tribunal de Justiça de Pernambuco, desembargador José Fernandes de Lemos, e o secretário de Saúde do Estado, Antônio Figueira, assinaram, no dia 3 de novembro de 2011, convênio que permitirá a criação do Núcleo de Assessoria Técnica em Saúde (Nats). A reunião aconteceu no Gabinete da Presidência, no Palácio da Justiça. Através da iniciativa, magistrados terão suporte técnico para subsidiar suas decisões. O setor vai funcionar no Fórum Rodolfo Aureliano, na Ilha Joana Bezerra. Inicialmente, quatro farmacêuticos atuarão no local, dando apoio nas ações relacionadas a fornecimento de medicamentos. Posteriormente, o quadro profissional será ampliado, com a incorporação de médicos, nutricionistas e enfermeiros. O convênio vale por um ano, podendo ser prorrogado.



O convênio de cooperação técnica tem como objetivo a elaboração conjunta do Digesto Judiciário

6.16. TJPE E ESMAPE CELEBRAM CONVÊNIO PARA ELABORAÇÃO DE DIGESTO JUDICIÁRIO

O Tribunal de Justiça de Pernambuco, com a interveniência do Centro de Estudos Judiciários (CEJ), e a Escola Superior da Magistratura de Pernambuco (Esmape) celebraram, no dia 22 de agosto de 2011, convênio de cooperação técnica. O documento tem por objeto a elaboração conjunta do Digesto Judiciário, estudo de legislação e de julgados sobre normas da administração pública. O convênio foi assinado pelo presidente do Judiciário estadual, desembargador José Fernandes de Lemos, pelo diretor do CEJ, desembargador Jones Figueirêdo, e pelo diretor da Esmape, desembargador Leopoldo Raposo. O estudo contém a base de dados de toda a legislação constitucional e infraconstitucional, complementar e ordinária, além de normas internas do Tribunal de Justiça de Pernambuco e do Conselho Nacional de Justiça, relacionadas ao tema de administração judiciária.

6.17. PROGRAMA ACOLHER IMPLANTADO NO CABO DE SANTO AGOSTINHO

Com o objetivo de melhorar o atendimento às mulheres que manifestam a intenção de entregar seus filhos para a adoção, antes ou depois do nascimento da criança, a Vara Regional da Infância e Juventude da 2ª Circunscrição implantou o programa Acolher no Cabo de Santo Agostinho. Uma reunião com a rede de assistência social e saúde do município marcou a iniciativa. O evento aconteceu, no dia 28 de novembro de 2011, no auditório do Júri do Fórum Doutor Humberto da Costa Soares, no Centro. Além de atender mulheres que querem entregar seus filhos para adoção, o Programa Acolher investe na promoção da autonomia feminina e no respeito à decisão tomada por elas. Busca oferecer amparo legal durante todo o processo e combater a visão preconceituosa acerca dessas mães.

6.18. VARA REGIONAL DA INFÂNCIA E JUVENTUDE DE PETROLINA LANÇA PROGRAMA DE APADRINHAMENTO

A Vara Regional da Infância e Juventude de Petrolina lançou, no dia 23 de novembro de 2011, o programa de apadrinhamento de crianças e adolescentes, intitulado Acolhida Cidadã. O evento ocorreu no Salão do Júri do Fórum Souza Filho. O apadrinhamento é uma prática solidária que presta auxílio afetivo e/ou financeiro a jovens que estejam acolhidos em abrigos na cidade. A iniciativa permite que interessados possam apoiar crianças e adolescentes que têm laços familiares total ou parcialmente rompidos.

6.19. TJPE E SECRETARIA DE ARTICULAÇÃO SOCIAL FIRMAM CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA

O Tribunal de Justiça de Pernambuco - representado pelo presidente, desembargador José Fernandes de Lemos, e pelo ouvidor do Judiciário estadual, desembargador Frederico Neves - firmou convênio de colaboração com a Secretaria de Articulação Social e Regional do Estado de Pernambuco (SASR-PE), no dia 3 de junho de 2011. O convênio visa viabilizar a colaboração recíproca, propiciando aos cidadãos canais de comunicação com a Administração Pública, criando e implementando procedimentos que possibilitem a recepção de reivindicações, reclamações, denúncias e sugestões que permitam ações para melhorar a prestação dos serviços.

VICE-
PRESIDÊNCIA

7. Vice-Presidência

“Muito trabalho.” É com essa frase que o desembargador Jovaldo Nunes Gomes resume a sua passagem pelo cargo de vice-presidente do TJPE, durante a gestão 2010-2011. A partir do momento que o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) exigiu dos juízes o cumprimento de metas, a apreciação do juízo de admissibilidade dos recursos extraordinário, direcionado ao Supremo Tribunal Federal (STF), e especial e ordinário, ao Superior Tribunal de Justiça (STJ), na Vice-Presidência, praticamente dobrou em relação ao biênio anterior.

Com efeito, a média mensal de recursos distribuídos, que era de 300 por mês, passou para 500. Assim, de fevereiro de 2010 até 23.01.2012, data limite para a elaboração deste relatório, o gabinete da Vice-Presidência recebeu 10.815 processos para análise e proferiu 11.018 decisões interlocutórias e despachos, considerando a interposição, às vezes, de dois recursos para um único processo, o que significa uma produtividade de mais de 100% (cem por cento) entre processos recebidos e decisões proferidas.

O vice-presidente, Jovaldo Nunes, e seus juízes assessores Carlos Moraes e André Rosa



A gestão desenvolveu um novo método de trabalho no qual cada recurso analisado, em regra, não fica mais de 40 dias para ser decidido. Também iniciou uma ação junto à Presidência do TJPE, que foi concluída, para contratar uma empresa com o objetivo de digitalizar os autos físicos do processo remetidos ao STF e STJ, o que visa a garantir uma melhor celeridade na tramitação dos recursos.

O vice-presidente Jovaldo Nunes e os juízes assessores André Rosa e Carlos Moraes, divulgaram, no sítio eletrônico do TJPE, o relatório de atividades do setor, comemorando os bons resultados dos trabalhos jurisdicionais desenvolvidos no exercício 2010-2011. O relatório está dividido em duas partes, sendo uma para as decisões interlocutórias e outra para os demais despachos proferidos. (<http://www.tjpe.jus.br/judiciario/vicepresidencia/relatorios.asp>)

A eficiência da gestão ultrapassou os limites do Estado de Pernambuco. Em março de 2010, a Vice-Presidência, por exemplo, recebeu comitiva do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Norte (TJRN), formada por juiz assessor e auxiliares daquela Corte. O objetivo da visita foi buscar orientações sobre a experiência das atividades realizadas no Judiciário pernambucano, especificamente em relação aos procedimentos de análise dos recursos. O encontro foi noticiado em matéria jornalística publicada no site do TJPE em 23 de março.

A produção e a celeridade no exame dos recursos significam apenas uma parte dessa história. Outros acontecimentos mereceram registro da imprensa, como a participação da Vice-Presidência no 4º Encontro do Colégio Permanente de Vice-Presidentes de Tribunais de Justiça do Brasil (CPVIP), realizado no Mar Hotel Recife, entre os dias 27 e 29 de maio de 2010. Os desembargadores José Fernandes de Lemos e Jovaldo Nunes, respectivamente, presidente e vice-presidente durante a gestão 2010-2011, participaram do evento. Na ocasião, a pauta apreciada teve o objetivo de abordar as questões jurídicas referentes ao juízo de admissibilidade dos recursos especiais e extraordinários, principalmente para adotar mecanismos unificados de procedimentos na tramitação dos mesmos nos tribunais dos Estados.

Em janeiro de 2011, no Palácio da Justiça, a Vice-Presidência recebeu o novo presidente do Tribunal Regional do Trabalho de Pernambuco (TRT-PE), o desembargador André Genn de Assunção Barros, acompanhado da corregedora do TRT, Gisane Barbosa de Araujo e o desembargador do Trabalho, Valdir Carvalho. O motivo foi a entrega de convite para a posse da nova mesa diretora do TRT-PE, além da parceria firmada entre os dois tribunais para recuperar o acervo dos processos danificados ou perdidos durante as enchentes que atingiram a Comarca de Palmares no ano anterior.

Em abril de 2011, o vice-presidente Jovaldo Nunes recebeu o título de cidadão recifense em sessão solene realizada no plenário da Câmara de Vereadores de Recife. O requerimento de nº 2258/2011 foi de autoria do vereador Augusto Carreras e teve como justificativa reconhecer a importância da contribuição dada pelo desembargador à Capital pelos relevantes serviços jurisdicionais prestados ao povo recifense, inclusive quando passou pela Presidência do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco.

Em outra oportunidade, o vice-presidente Jovaldo Nunes agregou experiência junto ao Colégio Permanente de Vice-Presidentes dos Tribunais de Justiça do Brasil (CPVIP), participando do 6º Encontro do Colégio, realizado nos dias 30 de junho e 1º de julho de 2011, na cidade de Belém, no Pará. Acompanhado pelo juiz assessor André Rosa, o desembargador destacou que os tribunais estaduais precisam aprimorar métodos para resolução de conflitos e pacificação social, além de precisarem atuar perante o CNJ para que as diversidades dos Estados sejam levadas em consideração.

Entre os dias 10 e 12 de novembro de 2011, o desembargador Jovaldo Nunes participou do 7º Encontro do CPVIP, realizado em Aracaju, Sergipe. O juiz assessor Carlos Moraes acompanhou o vice-presidente. Durante o encontro, o presidente da Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB), desembargador Nelson Calandra, proferiu palestra sobre as prerrogativas dos magistrados. Também foi palestrante o ministro Carlos Ayres Brito que falou sobre questões constitucionais e a integração do Judiciário brasileiro. No evento, ainda foi eleita a nova mesa diretora do CPVIP, sendo escolhido para o cargo de presidente o desembargador Nametala Machado; vice-presidente, o desembargador Juvenal Pereira da Silva; e, secretário, até então ocupado pelo desembargador Jovaldo Nunes, o desembargador Nascimento Antônio Póvoas Vaz.

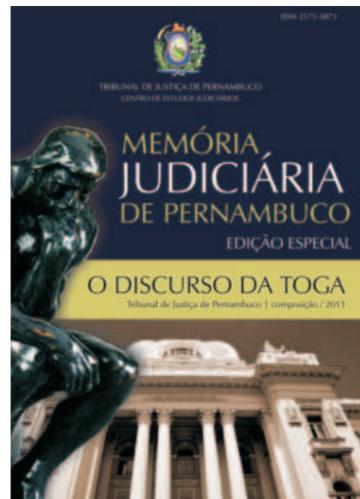
Em agosto de 2011, o desembargador, no exercício da Presidência, visitou as obras do novo Fórum de Jaboatão, às margens da rodovia BR-101. O canteiro de obras foi iniciado cerca de 15 dias antes, com previsão de conclusão em 18 meses.

O desembargador Jovaldo Nunes também acompanhou o presidente do TJPE ao 5º Encontro Nacional do Judiciário, evento que reuniu, em novembro de 2011, representantes de todos os tribunais do Brasil. O objetivo foi definir as metas do Judiciário brasileiro para 2012. Promovido pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), o 5º Encontro contou com a participação dos presidentes, vice-presidentes e corregedores de 90 tribunais, além dos conselheiros do CNJ. A abertura foi feita pelo presidente do CNJ e do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Cezar Peluso, e pelo presidente do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul (TJRS), desembargador Leo Lima.

AÇÕES DE
COMUNICAÇÃO

80. Ações de comunicação

8.1. CEJ LANÇA EDIÇÃO ESPECIAL DA COLEÇÃO MEMÓRIA JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO



O Centro de Estudos Judiciários (CEJ) lançou, no dia 20 de setembro de 2011, o sétimo volume da coleção Memória Judiciária de Pernambuco. Intitulada O discurso da toga, esta edição especial contempla os atuais integrantes da Corte com o perfil biográfico de cada um e os discursos feitos em suas posses solenes. A coleção busca preservar a memória do Judiciário pernambucano através do registro de grandes acontecimentos. O material também facilitará a uniformização de jurisprudência, uma vez que magistrados de 1º e 2º graus poderão utilizar a base de dados como referência de precedentes. O acervo pode auxiliar, ainda, a edição de novas súmulas e sua utilidade será ainda maior quando o portal do TJPE for redimensionado no que se refere à pesquisa de julgados.

8.2. TRIBUNAL PROMOVE O LANÇAMENTO DO LIVRO HISTÓRIA DAS COMARCAS PERNAMBUCANAS

A trajetória do Judiciário pernambucano ao longo dos anos pode agora ser conferida numa só obra literária. O Tribunal de Justiça de Pernambuco, através do Centro de Estudos Judiciários (CEJ), lançou o livro História das Comarcas Pernambucanas, no dia 20 de maio de 2011, no Salão Nobre do Palácio da Justiça. Em sua segunda edição, a publicação, com 561 páginas, representa uma síntese da atuação da Justiça pernambucana através do tempo, revelando dados sobre a construção de cidades e comarcas, além de trazer uma relação de magistrados de cada uma delas.

O lançamento do livro História das Comarcas Pernambucanas aconteceu no Salão Nobre do Palácio da Justiça do TJPE



A obra foi entregue ao presidente do TJPE por integrantes da equipe responsável pelo trabalho, coordenada pelo desembargador Jones Figueirêdo

O diretor da Rota Mídia Exterior, Samir Helal, e a diretora de Marketing Tatiana Guimarães



8.3. MANUAL DE DECISÕES JUDICIAIS CÍVEIS ORIENTA MAGISTRADOS

O presidente do Tribunal de Justiça de Pernambuco, desembargador José Fernandes de Lemos, recebeu a edição revista e ampliada do livro Manual de decisões judiciais cíveis: modelos de despachos, decisões, sentenças e rotinas procedimentais do foro. A obra foi entregue, no dia 21 de setembro de 2011, pelo coordenador do projeto, o desembargador Jones Figueirêdo, e pelos juízes Sérgio Paulo Ribeiro e Haroldo Carneiro Leão, que integram a equipe responsável pela publicação, composta, ainda, pelo assessor da Presidência do Tribunal, juiz Jorge Américo, que também coordenou o trabalho, e pelos juízes Cíntia Daniela Bezerra e Felipe Augusto Gemir.

8.4. CAMPANHA

Para implementar a campanha Ser Gentil é Legal, lançada pela Assessoria de Comunicação do TJPE, o Judiciário estadual firmou uma parceria com a empresa Rota Mídia Exterior, em agosto de 2011. A partir da parceria, 40 propagandas em mídia do tipo outbus estão estampadas em ônibus que transitam por diversas localidades. Nas peças publicitárias estão sendo divulgadas dicas de gentileza propostas pelo Tribunal.



O programa Justiça e Cidadania sendo apresentado numa escola do município de Petrolina, em maio de 2011, pelo juiz da Vara da Infância e Juventude, Paulo Brandão



O presidente do Judiciário estadual, desembargador José Fernandes de Lemos, marcou presença na inauguração das novas instalações do Fórum Desembargador Agenor Ferreira de Lima, em Camaragibe, no dia 16 de fevereiro de 2011



O presidente do Judiciário estadual, desembargador José Fernandes de Lemos, marcou presença no evento de lançamento da cartilha "Adoção em quadrinhos"



Evento de lançamento da cartilha "Adoção em quadrinhos", no dia 13 de outubro de 2010, em comemoração aos 20 anos do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA)



A cerimônia de comemoração dos 189 anos do TJPE aconteceu no dia 10 de agosto de 2011, na Blue Angel Recepções, para 850 convidados



O chefe do Judiciário estadual, José Fernandes de Lemos



Encontro que reuniu magistrados para a apresentação do Plano Decenal em 2011 com a presença do gestor da Coplan, Ricardo Lins, dos desembargadores Leopoldo Raposo e José Fernandes de Lemos, e do assessor de Planejamento, Gestão e Estratégia do TJPE, Paulo Emílio Pessoa



O presidente do TJPE, desembargador José Fernandes de Lemos, homenageando a servidora do Judiciário estadual Jane Miranda com a entrega do certificado de Honra ao Mérito pelo empenho e competência no trabalho, em outubro de 2010

8.5. COMUNICAÇÃO VIRTUAL

1. Publicação diária de avisos na intranet/internet.

2. Elaboração e envio diário do Boletim Ascom.

3. Envio diário do clipping de notícias publicadas pela imprensa

4. Coordenação da instalação do site das Centrais de Conciliação.

5. Coordenação da instalação do site Juizados Especiais.

6. Coordenação da instalação do site do Plano Estratégico Decenal do TJPE.

7. Gestão do Projeto Estratégico nº 25 Portal Corporativo por indicação da Coplan, em outubro de 2010.

8. Gerenciamento contínuo de layout das homes da internet e intranet.

9. Lançamento do paradigma para a nova internet: Estabelecimento da construção do novo Portal a partir do jurisdicionado/cidadão.

10. Atendimento diário aos internautas pelo Fale com o TJPE/Sobre o site.

11. Atualização do Link Tribunal de Justiça, Desembargadores, Câmaras Cíveis e Criminais no site do TJPE.

12. Aprovação de Boletins Ascom especiais.

13. Entrevista com os gestores dos links constantes da home do portal do TJPE, juntamente com a Setic.

14. Elaboração de entrevista com representantes das seguintes entidades: MPPE, OAB e Defensoria Pública de PE sobre o Portal do TJPE.

15. Elaboração de pesquisa on line com internautas do site.

16. Coordenação no projeto e na instalação dos seguintes sites junto aos seus gestores no endereço www.tjpe.jus.br:

- | ProEndividados
- | Controladoria (site constante da intranet – Acesso Restrito)
- | Coordenadoria da Infância e Juventude
- | Ouvidoria
- | Vepa
- | Biblioteca da Infância e Juventude
- | Arquivo Geral
- | Últimas Notícias
- | Quadros de Avisos da internet
- | Quadro de Aviso intranet
- | Nudij
- | Portal da Criança e Adolescente
- | Clipping TJPE
- | Ferramenta de Slideshare em Últimas Notícias

17. Aplicação de Pesquisa junto a entidades parceiras da Justiça: OAB, MPPE e Defensoria Pública.

18. Edição de quatro Informes do Projeto Portal Corporativo, a saber:

- 1º **Informe** - Paradigmas de Comunicação Social;
- 2º **Informe** - Compilação das pesquisas com internautas, gestores de link, Mesa Diretora e entidades parceira da Justiça;
- 3º **Informe** - Análise da Proposta de layout do Portal Corporativo da Unimix;
- 4º **Informe** - Proposta de legislação entregue à Assessora de Comunicação Social.

19. Lançamentos das Campanhas Virtuais: Semana Nacional da Conciliação 2011 (internet), Pesquisa de Clima Organizacional (internet e intranet), Seminário da Vepa (internet), Divulgação de decisão da Coordenadoria da Infância e Juventude (intranet).

20. Definição de prazos do Projeto Estratégico nº 25 – Portal Corporativo junto a Coplan para 2012 – Seção: internet.

21. Edição, Divulgação e Lançamento da Cartilha da Ouvidoria (em desenvolvimento).

22. Edição, Divulgação e Lançamento da Cartilha da Coordenadoria da Infância e Juventude (em desenvolvimento).

23. Criação de banners virtuais: CNJ, PED, Central de Serviços do TI.

24. Coordenação de aplicação de banners temporários de eventos como Natal, Semana da Conciliação Nacional 2010, mutirão DPVAT na home do site do TJPE.

25. Plano Antecedentes Criminais On line (parte do Plano executivo).

26. Plano de Divulgação do Plano Estratégico Decenal.

27. Ação Seminário 10 anos Vepa.

28. Criação de Newsletters Especiais (Páscoa, IV Palestra Rumo à Diversidade, Eleição da nova mesa diretora, Palestra Rede Sociais, e outras).

29. Criação de logos: Ouvidoria, Comitê Estadual de Conciliação, Antecedentes Criminais.

8.6. TJPE REGISTRA AUMENTO DE ACESSOS AO SEU SITE EM 2011

Cerca de 31 milhões de internautas, em 2011, acessaram o www.tjpe.jus.br, endereço do portal do Tribunal de Justiça de Pernambuco na internet. O número representa um aumento de aproximadamente 40% em relação ao mesmo período em 2010.

De acordo com as estatísticas do Google Analytics, programa que, gratuitamente, mede a visibilidade em sites ou portais da internet, a taxa de rejeição ao site do TJPE diminuiu. Em 2010 era de 41,58%, ficando em 31,99% no ano passado, significando um ganho de audiência positiva de aproximadamente 9,6%.

A taxa registra os acessos de quem apenas fica na home de um portal. Ou seja, escolhe não navegar em seus sites ou links. O tempo médio de permanência também aumentou, e o índice de novas visitas ao endereço do TJPE, passou de 18 para 20%.

Diretórios mais acessados - Em 2011, a consulta processual teve 13 milhões de acessos, contabilizando uma diferença de três milhões a mais em relação a primeira página, que ficou na vice-liderança. O site dos Juizados Especiais ficou em 3º lugar, com quase 4 milhões. Entrando na casa dos milhares de “cliques”, a partir da 3ª posição, têm-se, pela ordem, os links do TJPEmail, Últimas Notícias, Intranet, Jurisprudência, Endereços (falecomjud), Legislação (CGI), e os links de emissão de boletos para pagamento de custas (Darj).

8.7. REPERCUSSÃO

Entre as dez notícias mais acessadas da seção Últimas Notícias do TJPE, apenas uma, e na última posição, não se refere diretamente a servidores, e sim a suspensão de prazos processuais. Entretanto, ela está relacionada com esse tema, visto que a medida se deu por conta da greve dos servidores, ocorrida no ano passado.

Já a primeira notícia desse ranking mostra o interesse dos internautas também em acompanhar em tempo real a política de pessoal em relação aos vencimentos dos magistrados e servidores, e prova o acerto do TJPE em disponibilizar o seu conteúdo, durante o período de 2009 a 2012, logo na primeira página do site.

No início de 2010, o Tribunal instalou o link Transparência TJPE, onde os internautas podem conferir outros números relacionados a quantitativos e aos vencimentos das categorias constantes do quadro de pessoal do Judiciário de Pernambuco, além de outros dados do orçamento do Tribunal.

Um dado importante para a imagem institucional do TJPE, é que as estatísticas apontam que a expressão mais usada em sites de busca (a chamada tag) para pesquisar sobre o Tribunal é a sigla TJPE, que é comumente utilizada pela mídia em geral quando se refere à Justiça Comum de Pernambuco, sua presidência, seus magistrados e servidores.

“As estatísticas dos últimos dois anos demonstram que o site está tendo um aumento gradativo no número de acessos, e que a população quer encontrar serviços de seu interesse logo na primeira página, como é o caso da Consulta Processual”, diz a assessora de Comunicação Social, Rosa Miranda, integrante do órgão-gestor do projeto Portal Corporativo do TJPE, previsto no Plano Estratégico Decenal da instituição.

E completa: “Por isso, implantamos o acesso de uma página de intranet, em 2010, sem necessidade de uso de senha, para que a internet possa cada vez mais priorizar o atendimento aos cidadãos. À intranet, caberá cada vez mais o papel de mídia de comunicação entre os integrantes do TJPE”.

TRABALHOS EM DESTAQUE



Com a realização de novos detalhes da exposição de arte que acontece no Palácio da Justiça, a divulgação pelo CNJ dos 12 melhores tribunais na área de TI e demais notícias.

Recife, 22 de novembro de 2011

boletim ascóm
Assessoria de Comunicação Social
Edição 117

Juizados vão realizar cerca de 4 mil audiências na Semana de Conciliação



SEMANA NACIONAL DE CONCILIAÇÃO DE 28 DE NOVEMBRO A 2 DE DEZEMBRO DE 2011

Bartolomeu não é mais candidato

Em nome da harmonia entre os pares, o desembargador Bartolomeu Bueno anunciou, nesta segunda-feira (21), sua renúncia à candidatura para presidente do Tribunal de Justiça de Pernambuco.

[Leia mais](#)

TJPE está entre os 12 melhores tribunais em serviços de Tecnologia da Informação

O TJPE obteve a classificação "Aprimorado" no questionário sobre Portes dos Tribunais e de Governança de Tecnologia da Informação desenvolvido pelo CNJ. Com o percentual global de 81,17% na análise, o TJPE se situa entre os 12 melhores tribunais em serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) do país.

[Leia mais](#)

Palácio da Justiça abriga exposição de arte em barro

A ARTE ACIMA DE NOSSAS CABEÇAS

Exposição de obras em barro com artistas de Tracunhoém



O Salão dos Passos Perdidos do Palácio da Justiça abriga, a partir desta terça-feira (22), a exposição "A Arte Acima de Nossas Cabeças", parte do projeto "Expressões Nordestinas". O coquetel de abertura acontece às 18h. A mostra, que se estenderá até o dia 2 de dezembro, acontece de segunda a sexta-feira, das 9h às 17h.

[Leia mais](#)

Confira a seguir algumas das obras em barro:



Nudij apresenta trabalho de fiscalização em estabelecimentos noturnos

Para apresentar à sociedade o trabalho de fiscalização realizado em estabelecimentos noturnos do Recife e Região Metropolitana, o Núcleo de Proteção aos Direitos da Infância e Juventude (Nudij), da 1ª Circunscrição Judiciária, promove um evento na próxima quarta-feira (23), no Centro Educacional Paulo Freire, às 14h.

[Leia mais](#)

FECHAR

Pesquisa de Opinião TJPE

Deixe aqui sua opinião sobre o site do TJPE.

CLIQUE AQUI

Pesquisa disponível de 7 de novembro a 7 de março de 2011.

Poder Judiciário de Pernambuco

Home | Faça sua inscrição online para o ... | www.tjpe.jus.br

09/01/2012 15:14:51 | Endereços do Judiciário | Plantão Judiciário | Ouvidoria

Juizados Especiais

Juizados Especiais Cíveis

Consulta Processual

Conheça os Juizados

- Cíveis
- Relações de Consumo
- Idoso
- Fazenda Pública
- Crimes
- Torcedor

Localização - Juizados

- Circunscrição - Juizados
- Coordenadora Geral
- Central de Distribuição de TCO
- Turmas Recursais
- Jurisprudência
- Legislação e Atos Normativos
- Símulas
- Enunciados
- Banco de Sentença
- Juizados Intinerantes
- Mutantes
- Cursos de Aperfeiçoamento
- Estatísticas Mensais

Historico | **Cartilha** | **Roteiro do Processo** | **Endereços**

O Juizado Especial Cível é órgão do Poder Judiciário estadual com a instituição e funcionamento disciplinados pela Lei Federal nº 9.099 de 26 de setembro de 1995, atualmente em vigor. De acordo com essa lei, os Juizados objetivam prestar uma Justiça acessível, gratuita e célere à população. Em Pernambuco, temos 38 Juizados Cíveis, sendo 24 em Recife, 7 na Região Metropolitana e 7 no interior do estado.

Por isso, os Juizados Especiais Cíveis não exigem as mesmas formalidades da Justiça Comum. Seus serviços são gratuitos e isentos de pagamentos, entendendo-se a Justiça como um serviço público essencial, assim como a educação, a segurança e a saúde. Por fim, seus procedimentos são céleres, pois primam pela objetividade.

Antes da Lei nº 9.099/95, esses órgãos eram denominados Juizados Especiais de Pequenas Causas. Os Juizados Especiais Cíveis foram denominados assim pela Lei Federal nº 7.244 de 07 de novembro de 1984.

CONCILIAR É A FORMA MAIS RÁPIDA DE RESOLVER CONFLITOS

SEMANA NACIONAL DE CONCILIAÇÃO DE 28 DE NOVEMBRO A 2 DE DEZEMBRO DE 2011

CNJ | COMITÊ ESTADUAL DA CONCILIAÇÃO

Av. Martins de Barros 593, 4º Andar, Barro de São Antônio. CEP: 50010-230 - Recife - Pernambuco
Telefones: 3419-3676 e 3419-3650

Poder Judiciário de Pernambuco

Home | Faça sua inscrição online para o Volontariado... | www.tjpe.jus.br

09/01/2012 16:00:41 | Endereços do Judiciário | Plantão Judiciário | Ouvidoria

Ouvidoria Judiciária do TJPE

Fale com o TJPE

A sua participação sincera e objetiva é de extrema importância para o aperfeiçoamento dos serviços prestados pelo Poder Judiciário.

Estamos à sua disposição através do formulário on-line abaixo. O preenchimento completo do referido formulário é importante para o atendimento ágil e eficiente de sua demanda.

Sobre a Ouvidoria

- Apresentação
- Objetivos
- Composição
- Histórico

Estadísticas

Perguntas Frequentes

Garanta seus Direitos

- Órgãos Assessoriais
- Assistências Judiciais

Passo 1 - Identificação

Nome* Sexo Seleção

E-mail* Estado Civil Seleção

Telefone* Profissão

Endereço: Escolaridade: Seleção

Passo 2 - Motivo do Contato *

- Denúncia de irregularidades funcionais
- Reclamação referente ao atendimento
- Pedido de informação
- Sugestão
- Elogio

Passo 3 - Mensagem*

(*) preenchimento obrigatório.

Perguntas Frequentes
Talvez sua dúvida já já tenha sido respondida antes. Acesse aqui a seção e esclareça.

8.8. INVENTÁRIO DO ARCEVO MUSEOLÓGICO DOS BENS MÓVEIS DO TJPE

O Tribunal de Justiça de Pernambuco lançou o livro "A Justiça de Pernambuco e seu Palácio" no dia 10 de agosto de 2011. A obra reúne fotografias e textos que contam a história da Justiça no Estado, apresentando um inventário do acervo museológico do Palácio da Justiça, sede do Poder Judiciário de Pernambuco. O livro foi organizado pelo Memorial da Justiça de Pernambuco, em parceria com as assessorias de Comunicação Social e de Cerimonial do TJPE. Através de suas 326 páginas, o livro evidencia o resgate da história do Poder Judiciário pernambucano, bem como apresenta um material rico em pesquisa acadêmica e fotografia.



8.9. NÚCLEO DE COMUNICAÇÃO VIRTUAL

O Núcleo de Imagem da Assessoria de Comunicação Social do TJPE, conforme Resolução nº 302, de 10 de novembro de 2010, tem por competência e atribuição planejar a publicidade da instituição, promover a padronização da comunicação visual da instituição, criar e produzir peças gráficas de acordo com a identidade visual definida, criar as marcas das unidades da instituição, dentre outros. Diante dessas atribuições, o Núcleo atuou de forma intensa durante o biênio 2010/2011, atendendo todo o Poder Judiciário de Pernambuco.

DESTAQUES DO TRABALHO DO NÚCLEO NO BIÊNIO 2010/2011

Desdobramento do Núcleo em Núcleo de Publicidade e Propaganda, Núcleo de Criação Visual e Núcleo de Fotografia. Com o projeto de legislação já enviado à Presidência.

Contratação de uma agência de fotografia.

Produção do livro "A Justiça de Pernambuco e seu Palácio: Inventário do Acervo Museológico dos Bens Móveis".

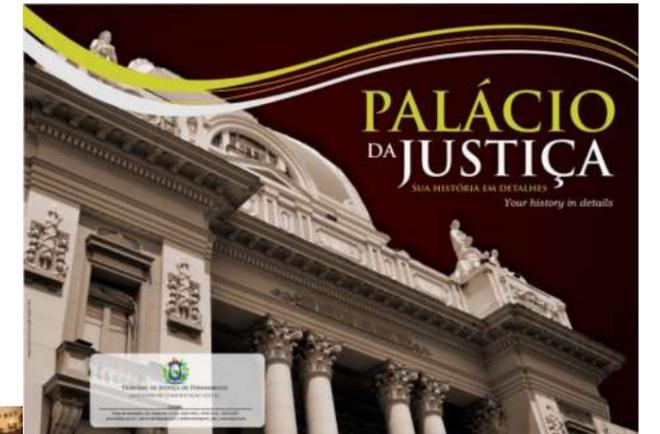
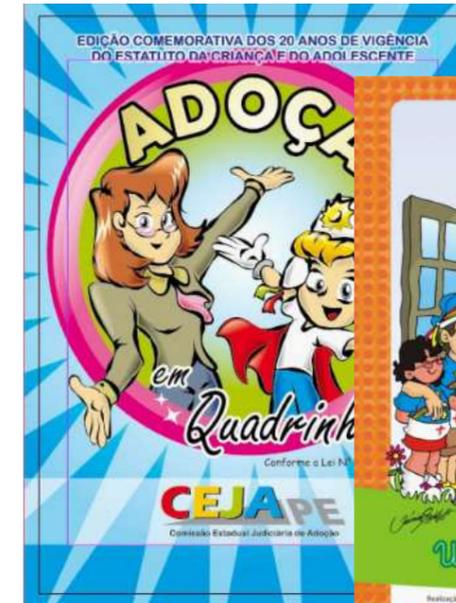
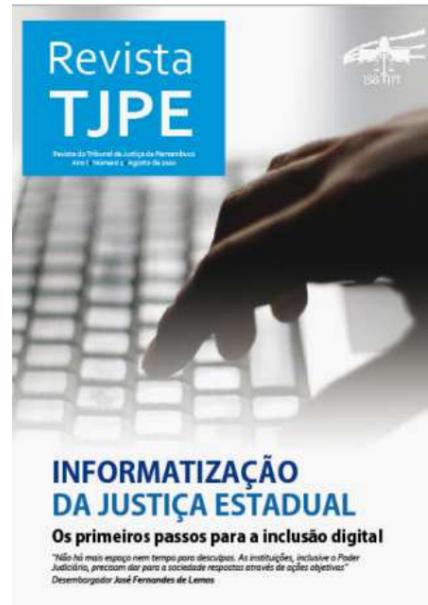
Manual de Identidade da instituição.

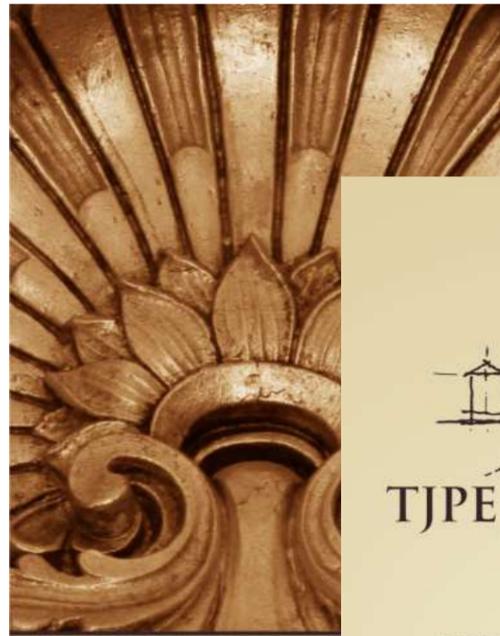
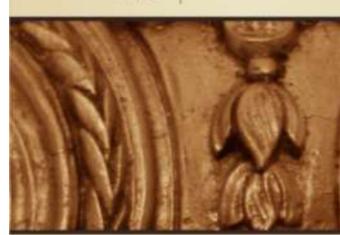
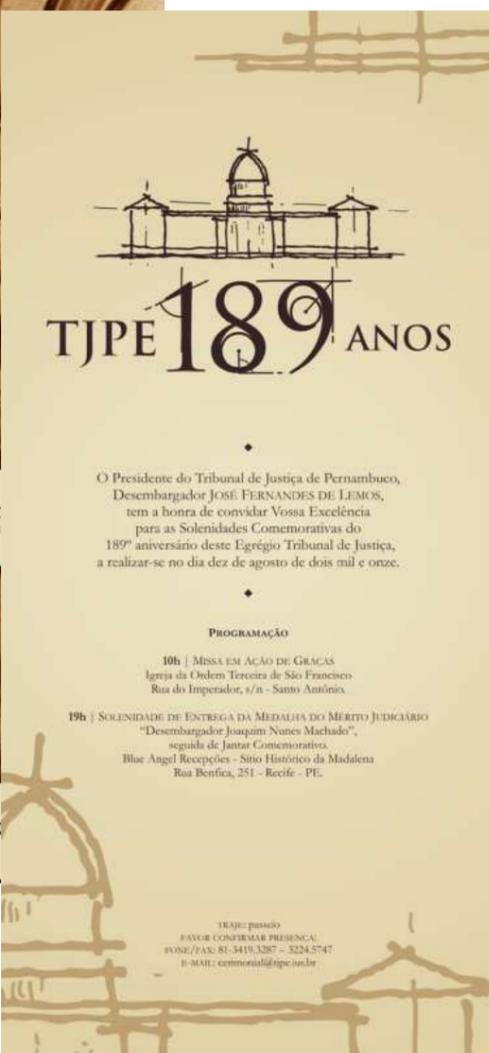
Sinalização do Fórum Desembargador Benildes de Souza.

Campanhas, material gráfico e projetos (registradas nesse relatório).

TRABALHOS EM DESTAQUE





TJPE 189 ANOS

O Presidente do Tribunal de Justiça de Pernambuco, Desembargador JOSÉ FERNANDES DE LEMOS, tem a honra de convidar Vossa Excelência para as Solenidades Comemorativas do 189º aniversário deste Egrégio Tribunal de Justiça, a realizar-se no dia dez de agosto de dois mil e onze.

PROGRAMAÇÃO

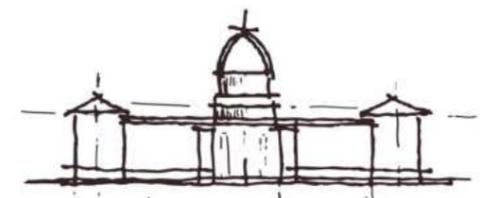
10h | MISSA EM AÇÃO DE GRAÇAS
Igreja da Ordem Terceira de São Francisco
Rua do Imperador, s/n - Santo Antônio.

19h | SOLENIDADE DE ENTREGA DA MEDALHA DO MÉRITO JUDICIÁRIO
"Desembargador Joaquim Nunes Machado",
seguida de Jantar Comemorativo.
Blue Angel Recepções - São Hipólito da Madalena
Rua Benfica, 251 - Recife - PE.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO

SONY 681

TRAJE: PASSADO
FAVOR CONFIRMAR PRESENÇA
FONE: (81) 3410.3207 - 3224.5747
E-MAIL: central@tjpe.jus.br



TJPE 189 ANOS



SEMANA PERNAMBUCANA DA CONCILIAÇÃO

Conciliar é uma boa solução.

9 a 13 de maio
Semana Civil
Audiências abertas das 8h às 12h e 14h às 18h

16 a 20 de maio
Semana Criminal
Audiências abertas das 8h às 12h e 14h às 18h
Hall Monumental do Fórum Rodolfo Aureliano




SEMANA PERNAMBUCANA DA CONCILIAÇÃO



Agora será pela internet.

A partir do dia 09/11/2011 a Certidão de Antecedentes Criminais será emitida EXCLUSIVAMENTE pela internet.

Lembre-se, é gratuito.

Acesse o site do Tribunal de Justiça de Pernambuco.
www.tjpe.jus.br




Agora será pela internet.

A partir do dia 09/11/2011 a Certidão de Antecedentes Criminais será emitida EXCLUSIVAMENTE pela internet.

Lembre-se, é gratuito.

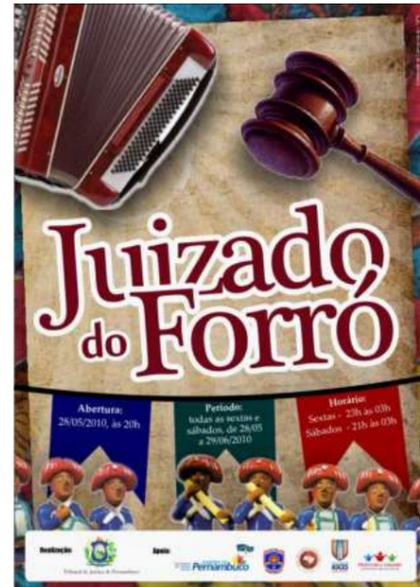
Acesse o site do Tribunal de Justiça de Pernambuco.
www.tjpe.jus.br



Como funciona?

- 1 Acesse www.tjpe.jus.br e procure a imagem Antecedentes Criminais, e dê um clique com o mouse.
- 2 Clique no link Emitir / Validar Certidão Negativa.
- 3 Selecione o tipo de pessoa física ou jurídica e clique em Procurar.
- 4 Preencha os seus dados e clique em Solicitar.
- 5 A certidão será exibida, clique no botão Imprimir.

A autenticação desta certidão poderá ser conferida na página do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco (www.tjpe.jus.br) no menu Serviço/Certidão On Line.



PROJETO DE SINALIZAÇÃO DA CENTRAL DOS JUIZADOS ESPECIAIS

TRIBUNAL
DE JUSTIÇA
DE PERNAMBUCO

Tribunal do Pleno

O Tribunal Pleno é composto pelos desembargadores que integram o Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco:

Jones Figueirêdo Alves
José Fernandes de Lemos | PRESIDENTE
Bartolomeu Bueno de Freitas Moraes | CORREGEDOR GERAL DA JUSTIÇA
Jovaldo Nunes Gomes | VICE-PRESIDENTE
Fernando Eduardo de Miranda Ferreira
Frederico Ricardo de Almeida Neves
Eduardo Augusto Paurá Peres
Leopoldo de Arruda Raposo
Sílvio de Arruda Beltrão
Alderita Ramos de Oliveira
Marco Antônio Cabral Maggi
Roberto Ferreira Lins
Adalberto de Oliveira Melo
Antônio Fernando Araújo Martins
Luiz Carlos de Barros Figueiredo
Cândido José da Fonte Saraiva de Moraes
Alberto Nogueira Virgínio
Romero de Oliveira Andrade
Ricardo de Oliveira Paes Barreto
Fernando Cerqueira Norberto dos Santos

Gustavo Augusto Rodrigues de Lima
Antônio de Melo e Lima
Francisco José dos Anjos Bandeira de Mello
Antenor Cardoso Soares Júnior
José Carlos Patriota Malta
Alexandre Guedes Alcoforado Assunção
Eurico de Barros Correia Filho
Mauro Alencar de Barros
Fausto de Castro Campos
Francisco Manoel Tenório dos Santos
Cláudio Jean Nogueira Virgínio
Nivaldo Mulatinho de Medeiros Correia Filho
Antônio Carlos Alves da Silva
Francisco Eduardo Gonçalves Sertório Canto
José Ivo de Paula Guimarães
Josué Antônio Fonseca de Sena
Agenor Ferreira de Lima Filho
Itabira de Brito Filho
Alfredo Sérgio Magalhães Jambo

Corte Especial

Jones Figueirêdo Alves
José Fernandes de Lemos - PRESIDENTE
Bartolomeu Bueno de Freitas Moraes
Jovaldo Nunes Gomes
Fernando Eduardo de Miranda Ferreira
Frederico Ricardo de Almeida Neves
Eduardo Augusto Paurá Peres
Leopoldo de Arruda Raposo
Sílvio de Arruda Beltrão
Adalberto de Oliveira Melo
Cândido José da Fonte Saraiva de Moraes
Ricardo de Oliveira Paes Barreto
Gustavo Augusto Rodrigues de Lima
Antônio de Melo e Lima
José Ivo de Paula Guimarães

Grupos de Câmaras Cíveis

1º Grupo de Câmaras Cíveis

Fernando Eduardo de Miranda Ferreira- Presidente
Frederico Ricardo de Almeida Neves
Leopoldo de Arruda Raposo
Sílvio de Arruda Beltrão
Luiz Carlos de Barros Figueiredo
Fernando Cerqueira Norberto dos Santos
Antenor Cardoso Soares Júnior
Francisco Eduardo Gonçalves Sertório Canto
Josué Antônio Fonseca de Sena
Agenor Ferreira de lima Filho
Itabira de Brito Filho
Alfredo Sérgio Magalhães Jambo

2º Grupo de Câmaras Cíveis

Jones Figueirêdo Alves - Presidente
Eduardo Augusto Paurá Peres
Adalberto de Oliveira Melo
Antônio Fernando Araújo Martins
Cândido José da Fonte Saraiva de Moraes
Alberto Nogueira Virgínio
Ricardo de Oliveira Paes Barreto
Francisco José dos Anjos Bandeira de Mello
José Carlos Patriota Malta
Eurico de Barros Correia Filho
Francisco Manoel Tenório dos Santos
José Ivo de Paula Guimarães

Grupos de Câmaras Cíveis

1ª Câmara Cível

Fernando Eduardo de Miranda Ferreira - Presidente
Frederico Ricardo de Almeida Neves
Josué Antônio Fonseca de Sena

2ª Câmara Cível

Adalberto de Oliveira Melo - Presidente
Cândido José da Fonte Saraiva de Moraes
Alberto Nogueira Virgínio

3ª Câmara Cível

Sílvio de Arruda Beltrão - Presidente
Francisco Eduardo Gonçalves Sertório Canto
Alfredo Sérgio Magalhães Jambo

4ª Câmara Cível

Jones Figueirêdo Alves – Presidente
Eurico de Barros Correia Filho
Francisco Manoel Tenório dos Santos

5ª Câmara Cível

Leopoldo de Arruda Raposo - Presidente
Agenor Ferreira de Lima Filho
Itabira de Brito Filho

6ª Câmara Cível

Eduardo Augusto Paurá Peres - Presidente
Antônio Fernando Araújo Martins
José Carlos Patriota Malta

7ª Câmara Cível

Luiz Carlos de Barros Figueiredo - Presidente
Fernando Cerqueira Norberto dos Santos
Antenor Cardoso Soares Júnior

8ª Câmara Cível

Ricardo de Oliveira Paes Barreto – Presidente
Francisco José dos Anjos Bandeira de Mello
José Ivo de Paula Guimarães

Seção e Câmaras Criminais

Seção Criminal

Alderita Ramos de Oliveira - Presidente
 Marco Antônio Cabral Maggi
 Roberto Ferreira Lins
 Romero de Oliveira Andrade
 Gustavo Augusto Rodrigues de Lima
 Antônio de Melo e Lima
 Alexandre Guedes Alcoforado Assunção
 Mauro Alencar de Barros
 Fausto de Castro Campos
 Cláudio Jean Nogueira Virgínio
 Nivaldo Mulatinho de Medeiros Correia Filho
 Antônio Carlos Alves da Silva

1ª Câmara Criminal

Roberto Ferreira Lins – Presidente
 Romero de Oliveira Andrade
 Fausto de Castro Campos

2ª Câmara Criminal

Antônio de Melo e Lima – Presidente
 Mauro Alencar de Barros
 Antônio Carlos Alves da Silva

3ª Câmara Criminal

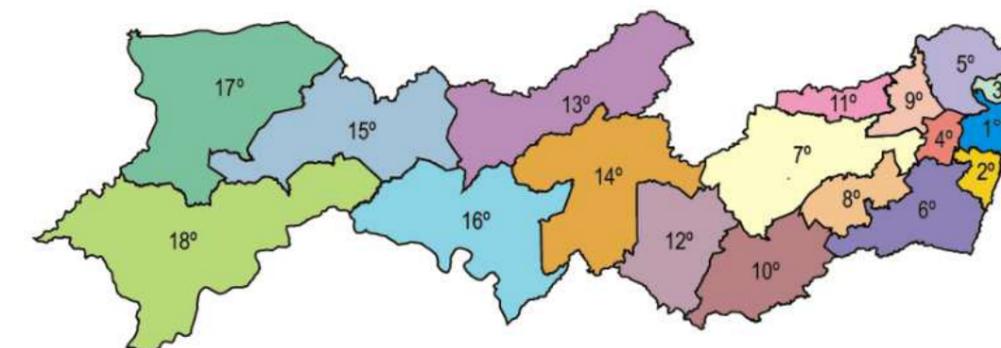
Alderita Ramos de Oliveira – Presidente
 Cláudio Jean Nogueira Virgínio
 Nivaldo Mulatinho de Medeiros Correia Filho

4ª Câmara Criminal

Marco Antônio Cabral Maggi – Presidente
 Gustavo Augusto Rodrigues de Lima
 Alexandre Guedes Alcoforado Assunção

Divisão judiciária

As comarcas do Estado de Pernambuco estão agrupadas em 18 circunscrições judiciárias, a fim de racionalizar a administração da Justiça e possibilitar maior efetividade à prestação jurisdicional.



Fonte: COPLAN - PJPE

Figura 1: Circunscrições Judiciárias do Estado de Pernambuco

1ª CIRCUNSCRIÇÃO

Abreu e Lima
 Camaragibe
 Jaboatão dos Guararapes
 Moreno
 Olinda
 Paulista
 Recife (sede)
 São Lourenço da Mata

2ª CIRCUNSCRIÇÃO

Cabo de Santo Agostinho (sede)
 Ipojuca

3ª CIRCUNSCRIÇÃO

Igarassu (sede)
 Itapissuma
 Itamaracá

4ª CIRCUNSCRIÇÃO

Chã Grande
 Glória de Goitá
 Pombos
 Vitória de Santo Antão (sede)

5ª CIRCUNSCRIÇÃO

Aliança	Lagoa de Itaenga
Buenos Aires	Macaparana
Carpina	Nazaré da Mata (sede)
Condado	Paudalho
Ferreiros	Timbaúba
Goiana	Tracunhaém
Itambé	Vicência
Itaquitinga	

6ª CIRCUNSCRIÇÃO

Água Preta
Amaraji
Barreiros
Belém de Maria
Catende
Cortês
Escada
Gameleira
Joaquim Nabuco
Maraial
Palmares (sede)
Primavera
Quipapá
Ribeirão
Rio Formoso
São José da Coroa Grande
Sirinhaém
Tamandaré

7ª CIRCUNSCRIÇÃO

Alagoinha
Belo Jardim
Bezerros
Brejo da Madre de Deus
Cachoeirinha
Capoeiras
Caruaru(sede)
Gravatá
Jataúba
Pesqueira
Poção
Riacho das Almas
Sanharó
São Bento do Una
São Caetano
Tacaimbó

8ª CIRCUNSCRIÇÃO

Agrestina
Altinho
Bonito (sede)
Camocim de São Félix
Cupira
Ibirajuba
Lagoa dos Gatos
Panelas
Sairé
São Joaquim do Monte

9ª CIRCUNSCRIÇÃO

Bom Jardim
Cumarú
Feira Nova
João Alfredo
Limoeiro (sede)
Orobó
Passira
São Vicente Ferrer

10ª CIRCUNSCRIÇÃO

Angelim
Bom Conselho
Brejão
Caetés
Calçado
Canhotinho
Correntes
Garanhuns (sede)
Iati
Jupi
Jurema
Lagoa do Ouro
Lajedo
Palmeirina
Saloá
São João

11ª CIRCUNSCRIÇÃO

Santa Cruz do Capibaribe
Santa Maria do Cambucá
Surubim (sede)
Taquaritinga do Norte
Toritama
Vertentes

12ª CIRCUNSCRIÇÃO

Águas Belas
Buíque (sede)
Itaíba
Pedra
Tupanatinga
Venturosa

13ª CIRCUNSCRIÇÃO

Afogados da Ingazeira (sede)
Carnaíba
Flores
Itapetim
São José do Egito
Serra Talhada
Tabira
Triunfo
Tuparetama

14ª CIRCUNSCRIÇÃO

Arcoverde (sede)
Betânia
Custódia
Ibimirim
Inajá
Sertânia

15ª CIRCUNSCRIÇÃO

Mirandiba
Parnamirim
Salgueiro (sede)
São José do Belmonte
Serrita
Terra Nova
Verdejante

16ª CIRCUNSCRIÇÃO

Belém do São Francisco
Floresta (sede)
Petrolândia
Tacaratu

17ª CIRCUNSCRIÇÃO

Araripina (sede)
Bodocó
Exu
Ipubi
Moreilândia
Ouricuri
Trindade

18ª CIRCUNSCRIÇÃO

Afrânio
Cabrobó
Lagoa Grande
Orocó
Petrolina (sede)
Santa Maria da Boa Vista

Equipe administrativa

PRESIDENTE

Desembargador José Fernandes de Lemos

VICE-PRESIDENTE

Desembargador Jovaldo Nunes Gomes

CORREGEDOR-GERAL DA JUSTIÇA

Desembargador Bartolomeu Bueno de Freitas Moraes

ASSESSORES DA PRESIDÊNCIA

Juiz Fábio Eugenio Dantas Oliveira Lima

Juiz Jorge Américo Pereira de Lira

Juiz Eduardo Guilliod Maranhão

CHEFE DA ASSESSORIA DE CERIMONIAL

Silas da Costa Silva

CHEFE DA ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Rosa Miranda

CHEFE DA ASSISTÊNCIA POLICIAL MILITAR E CIVIL

Ten. Cel. Sebastião José Peregrino Gondim

CONSULTOR JURÍDICO

Oscar Édson Gomes de Barros

CHEFE DA CONTROLADORIA

Wladimir Alves Gomes

COORDENADOR DE PLANEJAMENTO, GESTÃO ESTRATÉGICA E ORÇAMENTO

Ricardo Mendes Lins

ASSESSOR TÉCNICO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO ESTRATÉGICA

Paulo Emílio Tavares Pessoa de Melo

ASSESSOR TÉCNICO DE ORÇAMENTO

Franck Bezerra Bernardo Vieira

DIRETOR DO FORO DE RECIFE

Juiz Humberto Costa Vasconcelos Júnior

COORDENADORA DOS JUIZADOS ESPECIAIS

Juíza Fernanda Pessoa Chuahy Paula

COORDENADOR DA INFÂNCIA E JUVENTUDE

Desembargador Luiz Carlos de Barros Figueiredo

COORDENADOR GERAL DAS CENTRAIS DE CONCILIAÇÃO, MEDIÇÃO E ARBITRAGEM

Desembargador Leopoldo de Arruda Raposo

COORDENADOR GERAL DO SERVIÇO VOLUNTÁRIO

Juiz Paulo Roberto de Souza Brandão

OUIDOR JUDICIÁRIO

Desembargador Frederico Ricardo de Almeida Neves

DIRETOR DO CENTRO DE ESTUDOS JUDICIÁRIOS

Desembargador Ricardo de Oliveira Paes Barreto

DIRETOR GERAL

Leovegildo Lopes da Mota

SECRETÁRIO JUDICIÁRIO

João Carlos Gonçalves Cavalcanti

DIRETORA CÍVEL

Lúcia Helena de Araruna de Aquino

DIRETOR CRIMINAL

Pedro de Albuquerque Malheiros Neto

DIRETORA DE DOCUMENTAÇÃO JUDICIÁRIA

Maria José Alves

SECRETÁRIA DE GESTÃO DE PESSOAS

Maria Valéria Pragana de Oliveira Dias

DIRETORA DE GESTÃO FUNCIONAL

Solange de Castro Sales da Cunha

DIRETORA DE DESENVOLVIMENTO HUMANO

Cláudia Maria Lagreca Leal Miranda

DIRETOR DE SAÚDE

Eduardo Andrada Pessoa de Figueirêdo

SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO

Stela Maria Torres Melo Rolim

PRESIDENTE DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO/OSE

Laís Vieira Belo Xavier

PRESIDENTE DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO/BCE

Gabriel Ferreira Nippo

DIRETOR FINANCEIRO

Francisco José Freitas Abreu Santos

DIRETORA DE CONTABILIDADE

Carleide Maria Bezerra

DIRETORA DE ENGENHARIA E ARQUITETURA

Maria José Marinho Batista

DIRETOR DE INFRAESTRUTURA

Hênio Domingos Siqueira Santos

SECRETÁRIO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

Alexandre Herculano Moreira de Oliveira Junior

DIRETORA DE SISTEMAS

Iveruska Carmen Jatobá Bastos Arteiro

DIRETOR DE OPERAÇÕES DE TIC

Roberto Batista Pordeus

DIRETOR DE ATENDIMENTO AO USUÁRIO DE TIC

Anapaula Pinto de Oliveira

FICHA TÉCNICA

Textos 2010 - COPLAN

Ascom

Revisão

Rosa Miranda

Textos

Micarla Xavier e Ivone Veloso

Projeto Gráfico

Othon César

Fotografias

Assis Lima

Juliana Motta

Luciano Costa

Marcos Costa

